



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 115

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2021

ANO X



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1616
SEC. DE PLAN E ORÇAMENTO	1617
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1618
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1619

TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE PARA DEBATER COM OS DIVERSOS SEGMENTOS DO SETOR PRODUTIVO DO ESTADO A ALIENAÇÃO DE BENS SEMOVENTES EM FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

EM: 23.06.2021
INÍCIO: 10h34min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Bom dia, pessoal. Bom dia.

Primeiro eu quero, nós vamos fazer uma coisa informal, por que qual é a ideia? Vamos conectar todo mundo aqui e a gente discutir e construir isso a quatro mãos aqui. Eu vou falar aqui o objetivo da reunião e eu entendo que a gente precisa construir esse projeto juntos, que atenda a todos os interesses: do produtor, do sistema financeiro e também do Idaron. Então, a gente vai fazer um negócio aqui com a informalidade que requer o assunto e uma reunião de trabalho para a gente construir aí, buscar constitucionalidade, buscar a legalidade disso para a gente já encaminhar esse projeto na próxima semana.

Quería convidar o Presidente do Idaron, Júlio, para fazer parte aqui com a gente. Júlio Cesar Rocha Peres.

Quería convidar aqui o Salatiel Rodrigues, que é o Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Rondônia - OCB-RO. Agradecer a presença de todos.

O nosso Dr. Fábio Santos, nosso Procurador. Vem cá, Fábio, fique aqui com a gente. Você é importantíssimo nisso. Agradecer à Casa Civil também, Júnior Gonçalves, e ao Dr. Maxwell, nosso Procurador-Geral — não é Fábio? —, que não está, acho que está fora do Estado, não é? Mas está muito bem representado aqui pelo Dr. Fábio.

O Banco do Brasil aqui está representado pelo Assessor de Agronegócio, está aqui o Jarbas, pode ficar à vontade. Conversei com o Superintendente agora, o Edson, e ele não pôde vir, está tendo uma reunião com a Diretoria do Banco do Brasil.

O Superintendente do Basa, Dr. Diego, deve estar chegando daqui uns 10 minutinhos, vai estar aqui também.

Quería aqui cumprimentar também Mário Luiz Schutz, Diretor Administrativo do Sicoob de Rondônia (UniRondônia), vem cá participa com a gente aqui. Mário, participa com a gente aqui. Vem cá. Fica com a gente, aqui.

Cumprimentar o senhor Felipe Monclair, Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de Rondônia. Obrigado, Felipe, pela presença.

Senhor Licério Magalhães, Diretor Executivo da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. O Licério esteve conosco. Vai ser importante isso aqui, Licério, e você já esteve comigo lá. Só não toma chimarrão, mas já esteve conosco lá. O Julião tomou todo o chimarrão.

A senhora Mayza Oliveira, jornalista da Organização das Cooperativas Brasileiras OCB/RO. A Mayza está ali no cantinho. Senhor Paulo César Silva, assessor da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia OCB/RO. Paulo César também está aqui. O Victor Paiva, representante do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – também aqui. Satisfação aqui, Victor.

Paulo Henrique da Silva, Agronegócio Sicoob Norte, Paulo está aqui. Está lá na cadeira, descansando lá — não é, Paulo?

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Huziel Trajano Diniz*
Departamento Legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

A Danielli Saldanha, gerente da Agência Sicoob-RO, dona do dinheiro, em Rondônia. Valdir Rothermel— não sei se é assim, é isso? —, gerente operacional da Sicoob Norte. O Senhor Carlos Júnior Amaral Rodrigues, Gerente do Sicoob Amazônia, satisfação aqui. Senhor Adolf Stendels kolimoski, gerente do Sicoob Amazônia.

Cadê o Diego, chegou? Convidar aqui o Diego, o Dr. Diego Campos, nosso Superintendente do Basa. Faça parte aqui com a gente, Diego. Satisfação tê-lo aqui.

O Joel de Souza e Silva Júnior, do Agronegócio do Sicoob Norte também. O Joel está ali.

Guilherme de Carvalho, do Agronegócio do Sicoob Norte, também está ali.

Keila Alves, analista de comunicação do Sicoob Norte.

Eu queria convidar também para fazer parte da Mesa o Dr. Renato Zugaibe Doretto, o nosso Diretor da Sicoob Credisul. Vem para cá, Renato.

E também presente a senhora Danyellen Gonçalves, gerente de Agronegócios do Sicoob Credisul, que está aqui.

O Neudair, membro do Conselho de Administração do Sistema de Crédito Cooperativa - CrediSIS. Cadê o Neudair? Neudair, vem cá. O Neudair, a gente conversou. Senta aqui do lado. Arruma mais uma cadeira aqui para o Neudair, pessoal da Assessoria aqui. A gente traz mais uma cadeira. O Neudair — a gente conversou — é um entusiasta disso também, desse Projeto.

E o Sérgio Milani, da minha Ji-Paraná, da nossa Ji-Paraná, que é o Presidente do Sistema de Crédito CooperativNo:a CrediSIS JiCred.

Arruma duas cadeiras para mim aí, fazendo um favor. Essa reunião, nós a estamos fazendo sob a presidência, que é a Comissão que eu presido aqui na Assembleia, a Comissão de Fiscalização e Controle, uma das Comissões mais importantes da Casa. Acho que os deputados que estão presentes: o Deputado Lazineiro da Fetagro. A conexão está aí...

Então, os deputados que estiverem presentes, se puderem se apresentar aí. Não tem? Os membros que estiverem presentes aí, se puderem se apresentar. Cada um de uma vez, para não dar microfonia, se estiver participando de forma virtual. Os que estiverem de forma virtual aí podem... Os diretores que provavelmente estão com o sistema de cooperativas... Bom, então...

O SR. ADEMIR STIMER (*Por videoconferência*) – Vou iniciar aqui, então.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Oi? Pode falar.

O SR. ADEMIR STIMER (*Por videoconferência*) – Se alguém vai se apresentar, não sei, mas enfim. Ademir Stimer, sou aqui também de Ji-Paraná, Sicoob Centro. Fazemos parte do Sicoob Norte, que está aí também com várias participações. Mas enfim, fazendo presença aqui, porque esse assunto realmente a gente considera que é de fundamental importância para o segmento econômico, tem condição de desenvolver muito mais a qualidade do crédito. Então há bastante expectativa para ver a evolução da pauta. Obrigado. Bom dia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Ademir. Já está no ar? Está sendo transmitida a reunião? Essa reunião, só para falar — antes do próximo se apresentar —, essa reunião está sendo transmitida pela TV Assembleia aqui em Porto Velho, o canal acho que é 57.1, também pelas nossas redes sociais e também pela TV Assembleia, através do nosso site da Assembleia. Mas está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia aqui para Porto Velho.

O próximo aí pode se apresentar?

O SR. WILTON FIGIWARA (*Por videoconferência*) – Meu nome é Wilton Fugiwara, sou aqui de Ji-Paraná também, da Cresol.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Beleza. O próximo.

O SR. MARCOS MURILO GONÇALVES (*Por videoconferência*) – Marcos Murilo, Sicoob Amazônia, representando o Vale do Jamari, Porto Velho, até Roraima. Muito importante esse tema do Deputado, fantástico, de grande importância para o nosso crédito. Parabéns pela iniciativa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Marcos. O próximo aí. Oberdan Ermita está presente também, de forma remota, que é o Presidente do Sicoob Credip, de Pimenta Bueno.

O SR. OBERDAN PANDOLFI ERMITA (*Por videoconferência*) – Tudo bem, pessoal? Bom dia. Bom dia, Presidente. Cumprimento a todos os colegas. Sou o Oberdan, da Sicoob Credip, da região centro-sul aqui de Rondônia. A gente representa aí 72 mil associados, a Credip.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Oberdan. Francisco Barbosa, também, Diretor Operacional do Sicoob Norte, de forma remota.

O SR. FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA (*Por videoconferência*) – Bom dia a todos. Presente na reunião, uma reunião de todo o assunto que temos grande interesse. Estamos com todo o time aqui para ajudar no entendimento.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Ótimo. Mais alguém aí? Que eu estou sem o nome aqui.

O SR. MARLON (*Por videoconferência*) – Bom dia a todos. Marlon e Cristiane Tessaro, representando o Sicoob Credisul.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Beleza. E o pessoal das outras, durante a reunião, nós vamos aqui interagindo.

Eu só gostaria de pedir que os microfones estivessem desligados para não dar interferência, e quando quiser intervir ou falar, aí só pede para falar uma Questão de Ordem aí, que a gente faz a inscrição, para a gente levar a reunião dentro de uma organização mínima possível.

Bom, gente, essa reunião, a ideia dessa reunião surgiu nas andanças que eu tenho feito em Rondônia e alguns amigos que me procuraram com essa dificuldade de ter acesso ao crédito, de ter acesso a investimentos, de ter acesso a investimentos em tecnologia, melhoramento genético, aquisição

de rebanho, enfim, por conta de um problema gravíssimo que nós temos no Estado de Rondônia, que é a regularização fundiária. Hoje é o maior calo que nós temos no nosso Estado. Nós temos grandes áreas, região de Machadinho, região de Buritis, região da 429, principalmente no que diz respeito de São Miguel até Costa Marques, e várias outras regiões do Estado, nós temos um problema gravíssimo de documentos de área por conta da inércia, por culpa da inércia, da incompetência do poder público. Quando eu coloco poder público, eu coloco todo mundo para não direcionar um culpado. A gente sabe que é do Governo Federal, mas é de todos. É deste Parlamento, é do Governo do Estado, é de Prefeitura, enfim, o único que paga a conta é o produtor, é o agricultor. A gente tem que saber reconhecer os erros.

Nós tivemos uma reunião em Ji-Paraná essa semana, onde estava, eu não sei se alguém esteve lá, que está aqui, onde esteve o Secretário de Assuntos Fundiários, o Dr. Nabhan, o Júlio estava lá, não sei se você estava lá, junto com os produtores. Uma reunião bonita. A nossa situação rural de Ji-Paraná deu um exemplo de organização. Trouxe o tema, trouxe ele aqui, a gente tem que reconhecer, Governo do Estado, autoridades, Senado, mas foi embora e acabou o problema ali, não avançou nada. Não é isso que nós precisamos fazer, nós precisamos ter resultado. O resultado precisa chegar. Teve um parlamentar que disse algo que é verdade: no ritmo que está, nós só vamos ter documento de terra, Rondônia 100% regularizada daqui 50 anos. Isso é inadmissível. Um Estado como Rondônia, com aptidão agrícola, em um momento maravilhoso que estão as commodities, enfim, todos, da agricultura familiar à soja; do inhame à soja, do colorau ao arroz; é do urucum; é da batata do inhame ao algodão. Tudo está bombando, tudo tem preço hoje. A gente vai perder essa oportunidade, deixar de crescer mais por conta da incompetência do poder público. De um Incra que estão falido, com servidores já perto de se aposentarem, com uma máfia dentro do Incra, com uma má vontade de resolver o assunto, eu não sei porque e quem paga a conta é o produtor. Eu até vi lá uma vontade de transferir responsabilidade para o outro, para um transferir para o outro, Júlio, para o outro não resolver. Transfere para o Estado, não resolve. Transfere para o município, não resolve. A responsabilidade é do Incra, do Governo Federal.

E qual o grande modelo disso? O que fez fazer essa reunião aqui? E por que essa disputa não vai cessar? Porque a disputa não é para resolver o problema do agricultor. Não é. Eles não estão preocupados em resolver o problema daquele caboclo que está ali há 30 anos naquela área, que já pegou 10 malárias, que já perdeu pai, já perdeu filho, perdeu mulher, mulher perdeu marido, já estão há 30 anos. Eles não estão preocupados em resolver o problema daquele cara. A grande disputa disso é receber a terra de novo. É isso aqui. É receber a terra quando titula lá, tem que pagar a terra crua de novo. Essa é a disputa, por isso que não passa para o Estado fazer, a União quer fazer. Porque nós estamos falando de bilhões e bilhões de reais. E isso aí trava. Você não vê vontade política, precisa ter vontade política de resolver isso.

Então, nós andando aí, eu até conversei com alguns amigos, alguns produtores que querem ter o acesso ao crédito, ao financiamento e tem essa dificuldade de não ter o documento da terra para dar em garantia. Alguns Bancos fazem já, mas o

cara tem que ter um cadastro daquele: tem que ter avalista, tem que ter, enfim... Qual é o objetivo para a gente construir, qual é a minha ideia? Eu sozinho não consigo organizar esse projeto, até porque tem que atender a todos. É uma relação comercial entre iniciativa privada. Esse é o objeto do projeto, Diego. É entre a agência financeira e o produtor. Por que o poder público quer se meter nisso? O poder público quer se meter nisso, que somos nós Júlio, para dar a garantia, a legalidade de o sistema financeiro ter garantia e o produtor poder ter o acesso a crédito. Então é isso que nós estamos fazendo aqui. A gente buscar conjuntamente entre nós, um projeto que atenda o setor produtivo, o produtor, que atenda o sistema financeiro e que atenda o Idaron também, porque o Idaron é parte fundamental nesse projeto. Por isso está aqui o Idaron e a Procuradoria, a PGE, do Estado. O Idaron que vai segurar a garantia lá.

Então, eu gostaria de fazer as inscrições aqui para a gente poder ir falando. A ideia é apresentar esse projeto. Eu acho que é um projeto piloto. Acredito eu que seja um projeto piloto no Brasil isso. Eu acho que é inédito. Eu acho que é um projeto piloto que a gente está tentando construir no Brasil, aprovando e dando certo, eu acho que nós vamos exportar isso para os demais Estados. Porque realmente é algo que vai trazer benefícios para todas as partes envolvidas, na minha concepção, principalmente para o produtor. Principalmente para o produtor rural. Se nós tivéssemos pensado isso há 2 anos e buscado a legalidade, construído esse projeto, com o preço do gado como está hoje, olhe o salto que isso... Olhe o que os produtores... **(ininteligível)**. As agências também, mas principalmente os produtores, os produtores rurais, não é? Dois, três, quatro, cinco anos, não é, Sérgio?

Então, a nossa vontade política é isso. A Assembleia Legislativa está com essa vontade política. Eu, como autor do projeto, e junto com os companheiros, produtores rurais, principalmente, a gente conversou, conversei com o Neudair por rede social. Um amigo em comum, nosso, me cobrou isso e vários têm me cobrado. Foi na região da 429. Isso é uma loucura. O que eles têm me cobrado isso para facilitar o acesso ao crédito.

Então, eu gostaria aqui, primeiramente, de passar a palavra aqui para o nosso Presidente da Idaron, porque tudo parte do Idaron. O Idaron é a chave disso. O Idaron é a chave disso. E depois a gente já abrir a palavra aqui na Mesa e depois abrir a palavra para a gente poder construir isso aí.

Com a palavra, o nosso Presidente do Idaron.

Gente, aqui é muito informal. Se alguém tiver alguma dúvida no meio, quiser uma... É uma reunião de trabalho isso aqui. Isso aqui não é Audiência Pública. Não é reunião política, isso aqui é uma reunião de trabalho. Se tiver qualquer intervenção, pode ligar o microfone aí: "Deixa só eu contribuir" ou uma dúvida. Aqui nós estamos para construir isso juntos.

Com a palavra, o nosso Presidente do Idaron.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Bom dia, Deputado Laerte. Bom dia a todos os presentes. Em seu nome cumprimentar a Mesa. Em nome do Victor, meu amigo, todos os presentes aqui nesta reunião. E, assim, a gente fica muito feliz de encontrar ressonância de uma ideia que favoreça o setor produtivo. Eu costumo dizer que, independentemente

de qualquer coisa, a passagem pelo cargo tem que gerar frutos, ela tem que deixar um legado. E não chovendo no molhado, mas quando chegamos em 2019, nós iniciamos essas tratativas dentro da Agência Idaron, mas é uma avalanche de demanda, de necessidade, de atenção, que isso acaba ficando por fazer. E vocês acompanharam o avanço do Estado de Rondônia até o reconhecimento internacional de "livres de febre aftosa sem vacinação", e isso é uma cantiga de grilo. É um trabalho constante, exige uma série de atenções e, não menos ou mais importante que outros temas, mas acaba demandando boa parte da equipe.

Essa proposta que o Deputado nos provoca à reflexão, eu acho que é uma alternativa bastante viável, factível para a maioria dos senhores, que alguns já, inclusive, encontram algumas saídas, algumas alternativas domésticas, em cada instituição dos senhores, que possa viabilizar esse processo.

Como nós já conversamos isso de uma maneira mais oficiosa, é uma relação de contratante/contratado, é uma relação que os senhores vão estabelecer com o cliente de vocês e que nós precisamos ter as garantias. Garantias, essas, sanitárias. Única e exclusivamente sanitárias. A regra de negócio que nós precisamos firmar é o que fica bom para os senhores, o que fica bom para o produtor e o que é que fica bom para o governo. No caso, o "governo", entenda-se a agência Idaron. Nós temos uma percepção, hoje, no cenário nacional, de importância, de reponsabilidade, de credibilidade, que isso foi construído na história de Rondônia. Como o Deputado Laerte pinçou aqui na fala, de fato, é algo inédito que nós não temos esse conhecimento, esse espelho em outro Estado.

Então, como nosso hino mesmo diz, os "destemidos pioneiros", por que não, mais uma vez, ousarmos ou facilitarmos essa condição? Desde que tenha o amparo legal, tenha a abrangência que os senhores esperam e tenha a percepção do produtor de uma viabilidade de linha de crédito, a agência Idaron é parceira. Nós não podemos relaxar ou não podemos superficializar qualquer regra sanitária, em hora nenhuma. Na conversa que eu tive com o Deputado até agora, isso foi pautado. Percebo no semblante, na conversa que eu já tive com alguns dos senhores em momentos separados, que também não vi nenhuma discrepância, nenhuma falta de conexão na proposta. Por isso que a nossa PGE está aqui representada pelo nosso Dr. Fábio, para que a gente possa moldar, de uma maneira segura, para todo mundo, e com a legitimidade que o assunto propõe.

O Deputado, no início da fala, disse construir a quatro mãos, vamos colocar um pouquinho mais de mãos aí, Deputado, porque essa obra vai exigir mais mãos, mais vertentes e uma união, uma sinergia de matérias. Mas vejo com muito bons olhos a possibilidade de que nós lancemos esse produto com a segurança e a garantia que a sociedade rondoniense precisa. Conte com o Idaron como parceiro. Obrigado, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, obrigado, Presidente Júlio. E essa sua palavra é muito importante para nós. Esse projeto se baseia na... É fundamental, o alicerce fundamental é a participação do Idaron nele. Se não tiver o Idaron, não tem projeto. Por quê? Falando aqui na... Vocês têm o palavreado técnico, não é? Na questão financeira. Eu

tenho o da roça. É onde vai estar lá o bloqueio, a garantia do crédito, vai estar sendo assegurado no Idaron através da cédula fiduciária, através da transação que vocês vão fazer com o produtor, é o Idaron que vai garantir, lá, o bloqueio da ficha. Eu até, e aqui a gente pode falar isso, Júlio, algumas pessoas preocupadas: "Não, Laerte, mas se tiver um gado lá, vai lá financia, tem um gado lá no Idaron, na ficha e não tem o gado lá no pasto". Eu não vou entrar nessa discussão, que é crime. Aí tem que prender o cara, entendeu? Isso nem pode ser levado em consideração.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES - É uma situação extremamente surreal. Mas assim, qualquer proposta que derive ou que tenha base nesse encaminhamento, ela já nasce morta, porque como bem o senhor colocou, a relação entre o Banco e o cliente, o Banco já conhece. O Idaron com os nossos clientes, com os nossos produtores rurais mais de 20 anos é uma relação direta de declaração por parte do produtor e na maioria das vezes nós fizemos a interação de auditar aquela propriedade. Então, existe um percentual de morte, até 5% é tolerável em qualquer avaliação zootécnica, mas fora isso, Deputado, é crime.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É crime. É lógico. Então, como a gente está aqui e tem os produtores, lógico, vendo isso, através da TV Assembleia, é importante a gente falar essas dúvidas que eles têm. Então, não existe essa possibilidade. Até porque são auditados, são fiscalizados, o próprio Banco tem uma relação comercial com um qualquer um, tem que ser sócio da cooperativa ou tem que ter um cadastro no Basa, Banco do Brasil. Eu acho que esse projeto só é bom para todas as partes, eu entendo. Inclusive para o Idaron, que logicamente, deve ter algumas taxas, porque é natural o Idaron fazer esse trabalho. E eu acho que a gente pode aproveitar esse projeto também, Júlio, e fortalecer o Idaron. Para mim, na minha opinião, humilde opinião, maior patrimônio que nós temos em Rondônia, o maior, não é médio, não — lógico, depois do cidadão —, é o Idaron, público, é o Idaron. Porque é o que garante a sanidade agrícola, pecuária e a maior de todas, a financeira do Estado de Rondônia. É o Idaron. Então, acho que o Idaron, quanto mais fortalecido estiver, mais forte vai ser o Estado. E hoje as transações comerciais disso, vocês sabem, são taxas, cartórios, é isso, é aquilo, e a gente pode diminuir muito isso aí com esse novo modelo de garantia para financiamento.

Então, vou passar a palavra aqui para o Dr. Mário que é do Sicoob Rondônia e depois vou passar para o senhor Neudair. Vamos estipular um tempo uns cinco, sete minutos cada um, depois a gente vai espalhando para depois abrir aqui.

Então, Mário, pode ficar à vontade.

O SR. MÁRIO LUIZ SCHUTZ – Só por uma questão de esclarecimento meu, de repente as pessoas já estão sabendo mais. O projeto seria assim: o pessoal vai lá instituição financeira, faz o contrato, registra-se em cartório e também no Idaron. É isso?

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – O Idaron faz o bloqueio da ficha. **(fora do microfone).**

O SR. MÁRIO LUIZ SCHUTZ – Faz o bloqueio da ficha. Beleza. E o pagamento do cartório é normal e essas despesas no Idaron? Seria também por conta do produtor? Por conta da instituição? Como seria?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A gente estudaria isso com o Idaron. Vão ter que ter algumas taxas até porque o Idaron vai ter que fazer trabalho. A gente vai estudar a parte da instituição financeira, a parte do produtor. Como tem quando você pega uma escritura, você vai fazer um cadastro, um financiamento também tem isso. Então, a gente vai construir isso dentro, algo que não seja — ninguém está falando aqui em algo... —, mas em algo natural para que a gente também, todos os parceiros serem beneficiados neste novo modelo. Não só o produtor — o produtor é a prioridade —, mas não só a agência financeira, mas também o Idaron também sai um pouco mais fortalecido. Porque eu, aqui da Assembleia, eu sei o que o Idaron passa. O Idaron vive de pires na mão.

O SR. MÁRIO LUIZ SCHUTZ – É nessa questão que eu ia falar. Aí, tem lá uma avalanche de contratos, como foi falado da questão fundiária em Rondônia é muito precária e não é só no interior, na cidade ela também é. Até para vender consórcio aqui, as pessoas que vendem consórcio têm dificuldade. Porque falta imóveis, não tem imóveis nas condições...

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Legalizadas. **(fora do microfone)**.

O SR. MÁRIO LUIZ SCHUTZ – Exatamente. E aí, pode haver bastantes contratos e o Idaron vai estar preparado, tem pessoas o suficiente para fazer o registro, para fazer o controle, para fazer a vistoria?

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Doutor, só para tentar contribuir. Hoje só trabalhamos, já há algum tempo, com o governo sem papel, então, tudo é via SEI, processo digital. Mas, essa preocupação do senhor é pertinente e eu sou bastante transparente, como sempre fui, que nós temos que maturar essa ideia e saber quais os trâmites que vão acontecer dentro da agência. Qual é o setor que vou ter que criar, Deputado. E conto com a sua parceria aqui na Casa para a gente poder fazer essa reformulação para que cuide desses contratos tanto na alienação, quanto na liberação. Então, é um movimento que não existe, é algo que não é um negócio da agência, não passa por nós, mas nós estamos vendo a oportunidade.

Então, em cima disso, todas as dúvidas aqui apontadas, as inseguranças ou enfim, questionamentos, eu acredito que nós devemos encaminhar, nós devemos apontar para que sejam respondidas técnica e juridicamente. E a gente poder fazer essa avaliação desde a tomada do início do processo que vai ser em cada unidade local, que hoje em dia ela pode ser digitalizada naquela unidade e carreada via SEI, até o fluxo que isso vai exigir. De fato, o senhor está certo. Hoje nós temos alguma coisa próximo de 126 mil cadastros. Então, todos são potenciais tomadores. Acredito que vocês conheçam esses números e ficaram bastante felizes. Espero, não é? 15 milhões de cabeças dadas em garantia, parte dela, nós estamos falando de muito dinheiro.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu acho, eu não tenho dúvida nenhuma que esse projeto, virando realidade, vai ser o maior índice de financiamento com garantias vai ser da pecuária, do gado, porque a facilidade, a burocracia praticamente vai ser muito pouco. Então, justamente essas questões do financeiro, da questão da parte do Idaron, essa é a estrutura que vai ter que ser criada. O Idaron vai precisar criar uma estrutura. Por isso que o Presidente está aqui e a boa vontade do Governador também. O Governador já, através da Casa Civil, já deu o *start* para a gente poder trabalhar, poder trabalhar esse projeto, porque é de interesse de todos. E principalmente de interesse da economia do Estado, porque eu acho que a própria receita acaba aumentando. Porque se tem crédito, tem um financiamento, é mais dinheiro girando na praça, no comércio, o comércio vende mais, arrecada mais impostos, o Estado se fortalece.

Então, eu vou passar aqui para o Neudair agora.

O SR. NEUDAIR CHAVES – Bom dia a todos. Deputado Laerte, eu cumprimento a todos em nome do representante do povo aqui, que é o Deputado. E eu gostaria de fazer um breve histórico, porque tudo que acontece na vida da gente tem um início, um porquê. Há mais de 5 anos eu tive essa ideia. Acessei vários deputados e não tive nem resposta para o projeto. Há uns dias — eu acho que uns 15 dias — tive um encontro com o Prefeito de Ouro Preto, o Alex Testoni, e na hora que eu conversei com ele a respeito da ideia do projeto, o Alex ligou para o Deputado Laerte e estava ao vivo a ligação e eles bateram um papo não mais do que 3 minutos e foi decidido fazer. O Deputado Laerte falou: “Olha, eu vou tocar o projeto”. Ele enxergou a viabilidade instantaneamente.

Então, quem é do ramo do agronegócio conhece, sabe o alcance que tem. A nossa economia de Rondônia, a metade é gado e a dificuldade de documentação já foi relatada e está tudo muito bloqueado nesse sentido. A minha ideia é que, conversando com o pessoal do Idaron do interior — eu sou de Ji-Paraná —, conversando com o Luciano, que é meu amigo há muito tempo, ele falou assim: “Neudair, esse projeto tem viabilidade sim, porque o Idaron não vai ter dificuldade nenhuma de bloquear, só precisa estar tudo muito bem, explicado numa lei que autorize o Idaron a fazer isso, porque nós fazemos isso todo dia. A Justiça nos determina que todo dia nós fazemos algum tipo de bloqueio.”. Falei: “Beleza!”. Aí continuou o projeto sem andar. O que eu quero que fique claro aqui hoje é que o Deputado Laerte *startou* o projeto numa velocidade que hoje estamos aqui, há menos de 15 dias, com esta Comissão para tratar direto do assunto que vai beneficiar, sobretudo, o nosso produtor rural.

E quanto à questão de cobrança, eu já vou anunciar aqui a minha vontade: zero cobrança do produtor. É um ganho que o governo tem condição de disponibilizar isso para o agricultor sem custo nenhum, porque não envolve cartório, não envolve ninguém. Envolve uma instituição financeira que tem o contrato com seu cliente, no nosso caso, cooperativa, com o nosso cooperado, e essa relação vai direto do contrato de crédito para o Idaron. Um bloqueio e um desbloqueio à medida que esteja pago o crédito.

Então, na minha cabeça é muito simples. Agora, é claro que tem a parte legal que a gente não entende. Mas a

viabilidade do projeto, o alcance para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, para mim está muito claro e espero que para os senhores também. Muito obrigado, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Neudair. E é isso mesmo. O Prefeito Alex Testoni me ligou falando que estava com o Neudair e depois o Neudair falou comigo dando sugestão — e outros da 429 também falaram muito comigo —, e eu acho que a gente tem essa missão conjuntamente com vocês de construir.

Passar agora aqui para o Salatiel e, depois, para o Oberdan que está por videoconferência e quer falar.

Agradecer aqui a presença do Deputado Chiquinho da Emater. Deputado Chiquinho da Emater é um grande companheiro, um deputado que defende o setor produtivo, foi Presidente da Emater, com certeza vai apoiar esse projeto nosso com todas as forças, porque entende. É produtor rural, pecuarista, entende a importância desse projeto.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Bom dia a todos. Cumprimentar aqui a Mesa. Deputado Laerte, em seu nome cumprimentar aqui todos os deputados estaduais desta Casa. Deputado Chiquinho, prazer enorme. Nosso Deputado que representa também o setor produtivo. Aqui na Mesa, Deputado Laerte, nós temos o Neudair, que representa o CrediSIS, nossa central lá de Ji-Paraná. Nós temos o Renato Doretto, que representa o Sicoob Credisul. Vilhena e Porto Velho e que também fez essa fusão e agora é a sexta maior cooperativa do País, com mais de R\$3 bilhões em ativos. Cumprimentar aqui, representando o Maxwel, a PGE. É importante, Deputado Laerte, você destacou, a PGE acompanhar, porque tudo passa pela Procuradoria-Geral do Estado.

O Júlio, nós fazemos aqui também questão porque o Presidente do Idaron tem seu papel fundamental nessa questão desse projeto. O Mário, Sicoob em Rondônia; Diego, nosso amigo, vizinho de condomínio, tão fácil para entrosar, não é, Diego? Banco da Amazônia aqui.

Deputado Laerte, hoje nós temos seis representações de cooperativas de crédito em Rondônia. Nós temos Sicoob Norte, Sicoob Fronteiras, SicoobUni, CrediSIS, Sicredi e Cresol. E nós temos peculiaridades que nós estamos presentes, Deputado Laerte, nos 52 municípios do Estado de Rondônia. E os distritos também, que são a maioria, que lá estão essas cooperativas que representam o crédito.

Então, esse projeto vai trazer uma segurança também para as nossas cooperativas e para aqueles tomadores de crédito, Licério. A facilidade que vai... E a burocracia que está nessa questão da regularização fundiária, igual o Deputado Laerte falou, o Deputado Lúcio Mosquini que citou lá na reunião, imagine 50 anos, eu acho que não estaria ninguém vivo naquela reunião. Aqui, eu acho que..., vamos ver. É, eu... Nós todos aqui, com fé em Deus. Ah, então pronto. Então olha, queremos estar vivos, queremos estar vivos daqui a 52 anos. Então, é importante citar isso porque é o agro que segura a economia deste País.

E já encaminhando aqui, eu quero sugerir, Deputado Laerte, criar um grupo de trabalho dessas representatividades...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só um momentinho, Salatiel. Só quando for fazer uso da palavra, gostaria de pedir que antes falasse o nome e a entidade que representa, para as nossas jovens e o jovem da Taquigrafia — porque fica tudo registrado — poderem anotar lá, tá?

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Então, tá. Salatiel Rodrigues, Presidente da OCB-Rondônia, Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Rondônia.

Então, a criação de um grupo fica aqui sugerido já para os presentes e para quem está remoto aí, para a gente criar esse grupo de trabalho de cada representação dessas cooperativas, no mínimo dois, se vocês acharem necessário. E depois também, quando o Mário colocou aqui, Júlio, nós temos que ver também a questão da avaliação desses animais. Nós temos que ter pessoas para avaliar, para as pessoas acessarem o crédito, fazer uma avaliação. Aí tem que criar entre nós e o próprio Idaron. A fiscalização também em conjunto com o Idaron, e que as taxas, Júlio, claro, vai ficar opcional, mas que as taxas fiquem para as cooperativas recolherem, que é para o Idaron. E aí, naquela conversa que nós tivermos lá atrás, a gente fazer esse convênio, que o Renato estava junto, porque tem acesso às cooperativas de crédito, e que essas taxas, Renato, sejam até na orientação de um colaborador das nossas cooperativas orientar até na confecção da taxa para pagar as nossas cooperativas.

E, no mais, é trazer para dentro desse projeto, além do Idaron, trazer a Sedam e a Emater também — viu, Laerte? —, que é importante, devido às licenças ambientais, porque trabalha também com essa questão, e a Emater também, de repente. Fica aí a sugestão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para colocar aqui, agradecer aqui ao nosso Presidente, duas coisas para a gente já ir avançando nisso, eu acho. A questão do grupo de trabalho é interessante, Salatiel, para ajudar a gente a elaborar esse projeto. Só que nós precisamos ser rápidos nisso. O grupo de trabalho, eu preciso da resposta em uma semana. Eu preciso de uma semana, esse projeto se fosse pronto. Se quiser. Se eu for montar grupo de trabalho para fazer da reunião uma outra reunião, nós estamos mortos.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Aí não adianta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, nós precisamos de agilidade. A gente já monta hoje. Semana que vem esse esqueleto já está aqui para sentar com o Idaron, com a Procuradoria. E aí eu precisava desse apoio, meu Procurador, esse apoio para a gente buscar, para a gente apresentar esse projeto aqui na Casa, passar pela Comissão de Constituição e Justiça, aprovar esse projeto e depois o plenário, com o apoio do nosso Deputado Chiquinho.

Quanto à questão da avaliação, Salatiel, o Idaron não pode se envolver nisso, porque isso é uma transação comercial entre produtor e Banco, e muito menos fiscalização. Porque aí só se houver uma denúncia daquilo que eu falei, de o cara ter na ficha, não ter lá, aí é crime. Aí o Idaron vai lá, vai fiscalizar, vai multar. Eu vejo assim, que isso é uma relação comercial entre as partes, produtor e... A sua preocupação é oriunda,

mas é uma questão de relação. Quando eu envolvi... Assim, eu não acho bom, neste momento, a gente engessar, botar mais atores nisso. Como é uma relação só de pecuária, do Idaron, a relação comercial, a cooperativa, por exemplo, só vai arrumar um financiamento para quem é sócio dela e já conhece.

O SR. NEUDAIR CHAVES – Está dentro de casa. Isso aí está dentro de casa. Não tem problema nenhum.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Basa ou o Banco do Brasil, da mesma forma. O cara tem que ter um cadastro. Se nós formos envolver a questão ambiental aqui, a questão da Emater — acho que a Emater mesmo é questão ambiental, Deputado Chiquinho —, nós vamos engessar. Eu acho que nós temos que ser o menos burocrático possível nesse projeto. Esse grupo de trabalho que você falou aqui, Salatiel, sentar aqui as cooperativas, esse esqueleto, mas ser mínimo, gente, mas a burocracia ser a menor possível.

O SR. NEUDAIR CHAVES – A minha proposta é burocracia zero.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É. Para a gente ter agilidade e efetividade, senão não adianta. Qual a efetividade? É resultado. Qual o resultado? As transações comerciais acontecerem. É isso que a gente quer. Então só colocar isso aqui. Grupo de trabalho excelente, já vamos sair daqui pronto, com prazo para poder trazer esse esqueleto, Deputado Chiquinho, para a gente, para a gente poder montar esse projeto e poder apresentar na Assembleia Legislativa.

Oberdan, aí você só se identifica Oberdan, o nome e a entidade que você representa.

O SR. OBERDAN PANDOLFI ERMITA (*Por videoconferência*) – Obrigado, Presidente. Oberdan Ermita, Presidente da Sicoob Credip.

Eu acho que você pontuou bem. Esse negócio vai fluir se a gente tiver simplicidade. E é uma experiência já que flui há muito tempo que é o sistema de gravames veiculares. Júlio, eu vejo que tem uma questão de desenvolvimento de plataforma tecnológica e quem sabe a gente já usar esse modelo que existe, que é o sistema de gravame veicular. Inclusive, sem necessidade de ocupar a equipe do Idaron, a gente só tem que desenvolver a plataforma. A própria instituição, uma vez que fez o registro da cédula de lançamento, caracterizou alienação, a própria instituição, quem sabe, ela entra e faz o bloqueio da ficha.

Então, eu vejo que é algo simples do ponto de vista operacional, tem questões legais aí para serem tratadas, mas é basicamente isso. Já existe uma experiência, que é o sistema de gravame veicular e a gente pode seguir por essa linha para criar a plataforma, desenvolver a plataforma.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Oberdan, só para contribuir na sua fala. Inicialmente eu me posicionei favorável, parceiro do projeto, mas assim, como eu disse, é algo que eu ainda não tratei dentro do próprio Idaron. O Idaron hoje tem um sistema chamado Sisdaron, que trabalha por VPN. É uma ação portas finitas, não é um número que é acesso total, nós

estamos passando pela migração do processo para um processo web, que ainda estão em fase de construção. Já tem o lastro do programa, mas ele está só no lastro. E eu não consigo sair daqui vendendo uma falsa esperança, colocando no coração do Deputado Laerte, cheio de alegria, dizendo que a coisa vai acontecer em 20 dias como ele quer. Essa situação, eu acho que é factível o que você está trazendo para nós, porém, eu preciso combinar entre partes, quais serão as tratativas do processo. Hoje vocês não têm, nós temos uma série de regras que restringem acesso a dados, a fichas cadastrais, uma série de situações que tem uma sigla, é Lei de Proteção de Dados e tudo mais. É esse LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) que a gente tem que levar em consideração. Eu tenho todo um grupo de TI, de inteligência e proteção de dados das 125 mil propriedades rurais que eu tenho que preservar.

Então assim, eu quero aqui mais uma vez empenhar apoio a essa ideia. Considerando todas as particularidades, entendo o viés de dar celeridade e é o que a gente quer, mas a gente precisa não criar ruído nesse momento. E tão logo a gente consiga trazê-los como partícipes nessa condição, a única coisa que nós temos que ter cuidado, a anuência entre o contratante e o contratado. Nós precisamos ter essa segurança e isso estar instrumentalizado dentro de um processo com todas as avaliações. A PGE está aqui como bom ouvinte, mas nós vamos precisar dessa materialização, desse “de acordo”, para que fique tranquilo entre as partes. Percebo também que existe essa expertise por conta da alienação de veículos e se a gente puder avançar para isso, por que não? Mas eu gostaria sempre de chamar a atenção para algo que não existe e várias regras que impedem o Idaron, seja por Lei de Proteção de Dados ou segurança sanitária, de abrir as portas do Idaron.

Então, a gente só precisa construir isso de maneira segura. Que percentual será alienado? A regra de negócio para venda, para substituição das garantias no tempo de maturidade, de abate, de substituição de fêmeas, enfim. Essas cláusulas que o Deputado traz, os senhores, como já têm expertises em outros contratos, poderão apontar para a gente e do nosso negócio, que é defesa sanitária, nós vamos ter que moldar um programa que “não existe” para que a gente possa avançar. Ok?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para colocar aqui, Júlio. E essa preocupação e essa é a importância do Idaron, de você na reunião, mas eu ainda, nós temos que acelerar, por quê? O que nós estamos construindo aqui? O esboço do projeto, o esqueleto dele. E aí essa parte o Idaron não entra. Por isso que nós temos que ter celeridade, rapidez nisso. Formar esse grupo de trabalho e em uma semana nós termos o esqueleto do projeto. Depois que tivermos o esqueleto nós vamos colocar o projeto dentro aqui da questão legislativa e vamos aí sim, sentar com o Idaron, sentar com a Procuradoria. Hoje é para estar aqui para amadurecer essa ideia que você concorda.

Então, nós vamos desenhar, construir o nosso projeto, o projeto legislativo. Vocês estão aqui para nos auxiliar, nos ajudar a construir isso. Essas 4 mãos que a gente constrói nesse momento, o Idaron não pode participar disso agora, nem a Procuradoria, até porque são eles que vão avaliar o

projeto lá, se vai vetar, se trabalha depois. Só que a gente quer construir o projeto junto com eles, porque o Estado tem interesse.

Então, nós vamos chegar, pegar esse esboço, antes de eu apresentar aqui, nós vamos nos reunir com o Idaron, com a Procuradoria, doutor, com vocês, e vamos buscar uma adequação ao nosso projeto para que o projeto seja aprovado e sancionado. Então, por isso que nós temos que ser mais rápidos ainda agora. Agora temos que ser mais rápidos ainda por quê? Porque depois vai ter que passar por esse processo que o Júlio falou aqui. Se nós demormos 20, 30, 40 dias para apresentar isso, são mais 30 dias que nós perdemos. Porque até nos reunirmos, fazer isso aí, e nós aprovarmos, existe um prazo. O que eu estou dizendo aqui da celeridade é nós apresentarmos o esqueleto do projeto. Aí eu entendo que nós temos de fazer esse grupo de trabalho e em 7 dias dar uma resposta. Para sentarmos com o Idaron, aí nós vamos chamar vocês, um representante ou dois de vocês, técnicos, para sentar com o Idaron, o Procurador de vocês, sentar com a Procuradoria, fazer um bate-papo, eximir as dúvidas, para esse projeto, Deputado Chiquinho, já ir para as Comissões pertinentes, para o plenário, já com todos os atores que vão participar dele: o Idaron, a Procuradoria, Estado, a questão legislativa, já tudo pactuado para poder, de fato, isso acontecer.

Eu vou mais uma vez falar aqui: isso é bom para todos os atores; todos, sem exceção. O mais beneficiado vai ser o produtor rural, que ele não tem documento; depois as agências de fomentos, as agências de crédito também, que têm o recurso para fazer o financiamento, muitas vezes querem fazer, querem investir, sabem que o produtor é um cara sério que tem potencial para crescer, para desenvolver, mas não tem documento, não tem a garantia necessária. Sabe que tem o patrimônio, mas não tem no papel. Não é? O Idaron também, com certeza, vai também ser beneficiado porque vai haver, vai dar uma aumentada na sua receita para estruturar mais. Porque eu acho que vai ser o maior modelo de financiamento, de maior garantia, vai ser esse. E o Estado é quem vai lucrar no final de tudo isso, porque dinheiro parado na conta não dá lucro para o Estado. O que dá lucro para o Estado é o dinheiro circulando na economia. E é esse recurso que vai circular, que vai, no final, gerar impostos e vai gerar dividendos para o Estado.

Passar aqui para o... Oberdan, você já concluiu? Aí depois eu vou passar para o Sérgio...

O SR. OBERDAN PANDOLFI ERMITA (*Por videoconferência*) – Concluí. Obrigado. Eu tenho algumas dúvidas, sim, mas a gente tem um caminho aí para fazer e o Idaron, continuar no foco dele que é fazer a defesa sanitária. Você veja a importância que tem o Idaron, não é? O instrumento de garantia, o produtor burlar isso aí, que é o sistema de vigilância, transitar sem guia, essas coisas, isso pega, pega muito. Você tem uma trava importante, de tão eficiente que é o nosso sistema de vigilância. Por isso que a gente acredita... Existe mecanismo legal para fazer alienação em cartório e tal, mas existe aí a dificuldade de se executar essas garantias. Então é tão eficiente nosso sistema de vigilância, que ao ter esse instrumento, vai ser válido porque o produtor não

consegue fugir da questão da vigilância. O que vai segurar é a vigilância. O importante é a vigilância.

Júlio, eu sei da preocupação, não é? É uma série de perguntas e questões para resolver. Primeiro, tecnológica, questão de desenvolver uma plataforma, não é algo tão simples, tão trivial. Segundo: a questão de proteção de dados e aí vai... Mas é isso. Acho que a gente tem a oportunidade de avançar, sim. Que o Idaron continue cumprindo o papel dele, que é fazer a vigilância sanitária, e a gente tem a oportunidade muito semelhante, tem uma experiência já, que é o sistema de gravame, que a gente pode se inspirar nele para trabalhar. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Olha, eu acho, Oberdan, obrigado aí, vou passar para o Sérgio, mas eu acho que é tudo superável. Eu acho que é o melhor caminho para nós termos acesso a isso, com menos burocracia possível. Quando você vai fazer um cadastro para fazer um financiamento no Basa, por exemplo, você tem que ir lá levar teu imposto de renda, levar o de tua esposa, não é assim? O sigilo já está ali. O sigilo do produtor. Então já existe isso. Isso não é empecilho nenhum. Zero. Já está lá no imposto de renda, tudo declarado, então é só a gente achar esse sistema e isso vai ser uma segunda fase. Não é nessa etapa. Essa primeira etapa é a gente construir o projeto. Depois nós vamos sentar com o Idaron e juntos vamos aí para a segunda fase de readequação para a gente encaminhar para a aprovação disso.

Meu amigo Sérgio Milani.

O SR. SÉRGIO MILANI – Bom dia a todos. Sou Sérgio Milani, Presidente do Conselho de Administração da CrediSIS JiCred, de Ji-Paraná, representando 16 agências e quase 15 mil cooperados. Parabenizo o Deputado Laerte Gomes pela iniciativa desse projeto. Esse projeto nasceu dentro da CrediSIS, praticamente, pode ser que tenha tido alguma ideia parecida também que a gente não tinha, não tenho conhecimento, mas realmente foi o Neudair quem teve essa ideia devido à grande dificuldade que a gente sentiu lá na 429. Nós temos várias agências lá, e temos cooperados excelentes que querem, às vezes, fazer o seu crédito e esbarram na falta de documentação da terra, da escritura. E tivemos essa ideia então, para colocar em prática, cinco anos atrás mais ou menos. Que bom que agora está dando prosseguimento.

Temos cooperados que têm às vezes, mil cabeças de gado, mas não têm documento da terra. Aí o cadastro dele fica meio fora de contexto para você fazer um crédito. Então vem, realmente, beneficiar muitos e muitos cooperados e, lógico, fora da cooperativa também, nas outras instituições financeiras. E o Presidente do Idaron estava comentando que tem a parte burocrática de TI. Vão ter vários reajustes, realmente. Mas eu acredito que, o que é que seria, não é? É uma garantia de semoventes. Já tinha isso, a gente até fazia isso no Banco, nas cooperativas, mas aí sempre tinha um espertinho ou outro, que você chegava lá e não tinha mais gado. Desta forma, ele vai ficar amarrado. Eu tenho a minha ficha lá no Idaron, todos que mexem com gado têm. Se tiver uma ou duas cabeças tem que ter, está lá, garantido. Eu acho que essa parte de DDI é a parte mais fácil que tem. Se colocar uma trava lá, tem um contrato aqui que está devendo em certa

instituição, “olha, você não pode vender, porque você não trouxe uma quitação do débito, quando o semovente está em garantia.”. Então, isso, acredito que vai ser fácil de ser resolvido. E as partes legais, burocráticas do Ministério Público vão aparecer no decorrer da formulação desse projeto. Acredito que vai ser um projeto bem simples, logo vai estar à disposição nossa e de todas às instituições. Seria essa a minha colocação e agradeço a oportunidade e vamos lá. Podem contar comigo também nesse projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Sérgio. Obrigado à Jicred pela participação. Mais uma vez, nosso amigo Neudair vai ser um grande ator muito importante, aqui na construção desse projeto. Pena que nós não nos encontramos a cinco anos atrás. Já estaria pronto esse projeto. Mas é isso. E a gente ouve tanto isso. Porque, a gente que anda muito, Neudair, eu ando muito na RO 429, ando muito na região de Machadinho, também naquela região, justamente onde não tem documento.

O SR. SÉRGIO MILANI - Faltou procurar a pessoa certa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Rapaz, eu estava lembrando aqui, faltou isso, não é? Eu me lembro — já vou passar a palavra —, do Doutor Silmar Régis, de Ji-Paraná, é um grande amigo. Ele faz um trabalho em todo mês de dezembro sobre câncer de pele. Rondônia é um dos Estados, Diego, com uma das maiores médias de câncer de pele do Brasil, é o dobro da média do Brasil. E ele faz esse trabalho. E ele, Deputado Chiquinho, sempre tentava achar, na época, alguém para apresentar esse projeto do “Dezembro Laranja”, que existe isso. Eu acho até que as cooperativas tinham que vestir um pouco essa camisa do “Dezembro Laranja”, porque é o mês de conscientização do câncer de pele. Aqui, a média é duas ou três vezes maior que a do Brasil. E ele falava, um dia eu estava lá no Mineiro, em Ji-Paraná, numa feijoada, e ele chegou lá, “rapaz, eu tenho esse projeto”. Eu falei: “dá aqui que eu vou fazer virar lei.”. Aí, ele falou: “mas eu já tentei tantas vezes”. Eu falei, “dá aqui que nós vamos trabalhar.”. E virou o “Dezembro Laranja”. Então, é o caso daqui. Se nós tivéssemos, lá atrás, ouvido isso, Sérgio, conhecido mais isso, quem sabe a gente não poderia estar com esse projeto já beneficiando milhares de produtores. Mas nunca é tarde, acho que é possível a gente fazer. E vamos fazer, se Deus abençoar, isso agora. Mas alguém quer se inscrever para a palavra? Renato, você só fala o nome e a agência para a nossa Taquigrafia registrar.

O SR. RENATO ZUGAIBE DORETTO – Sou Renato Doretto, represento aqui o Sicoob Credisul, como disse o Salatiel, a 6ª maior cooperativa do Sistema Sicoob no Brasil. Só corrigindo, Salatiel, passamos de R\$ 3,5 bilhões de ativos. São 52 mil cooperados na nossa região. E estou há cinco anos aqui, Deputado. Eu cheguei de São Paulo e sempre sofri com esse negócio de garantia, porque a gente opera em União Bandeirantes, Nova Dimensão, Rio Pardo, Jacinópolis e não tem nada, absolutamente nada. E se não é um amigo avaliando o outro, não sai operação de crédito. Então, eu imagino o tamanho do benefício.

Então, eu só tenho que parabenizar a iniciativa e o resultado é muito mais amplo, porque essa garantia se tornando forte, melhora a classificação se riscos, as cooperativas vão ter uma condição perante até o próprio Banco Central, de outra maneira, vai ser visto com risco menor, isso possibilita mais linhas. Enfim, só parabenizar. Eu vejo que são duas situações, não vou dizer que são simples, mas é a jurídica e a parte de sistemas do Idaron. Superado isso, eu acho que acabou o problema e nós vamos crescer ainda mais. Só nos últimos cinco anos o rebanho, na minha região, cresceu mais de 30%. Então, imagina as oportunidades que a gente tem para fazer este Estado crescer mais rápido. Era isso. Parabéns a todos e contem comigo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, obrigado, Renato. E é isso que você falou. Você falou algo importante: menos risco, taxa de juros ainda cai; risco menor, taxa de juros menor também. Olha, o que a gente pode proporcionar para este Estado, gente. Nós somos um Estado, em área territorial, maior que Paraná. Ninguém aqui está fazendo comparação. Mas nós não podemos ter o nosso orçamento 10 vezes menor que o Paraná também. Isso é um absurdo. O nosso morador vale 10 vezes mais que o morador do Paraná, em renda *per capita*, no orçamento *versus* cidadão. Nós somos um Estado um pouco maior que o Paraná, quase a mesma área, o orçamento do Paraná é quase R\$ 80 bilhões para 6 milhões de habitantes; Rondônia, R\$ 7, R\$ 8 bilhões para 2 milhões de habitantes. Então, olha o potencial que nós temos, não é? Mas esbarra naqueles, que a gente fala muito aqui, documentos. Documento é a alma. Você não vai embarcar em um avião agora, você que é de Vilhena, o Renato que é lá do Cone Sul, não vai embarcar em um avião para São Paulo se não tiver documento. E assim é a terra, é documento. Então, precisa disso.

Diego, quer usar a palavra agora? Nosso amigo Diego, Superintendente do Basa.

O SR. DIEGO CAMPOS – Bom dia. Bom dia a todos que nos assistem. Bom dia, Presidente da Mesa, Deputado Laerte, Deputado Chiquinho, muito parceiro; aos outros colegas das instituições. É um momento de alegria, Deputado, a intenção da criação desse projeto, porque eu vejo com bons olhos. Isso traz muitos benefícios para o produtor e para as instituições.

Eu anotei aqui algumas coisas durante a fala de todo mundo aí e eu vi algumas vantagens. Dentre elas, eu posso citar a confiabilidade na garantia, porque hoje a gente registra essa garantia, mas quando eu preciso lançar mão dessa garantia, nem sempre eu tenho certeza de que eu vou alcançar ela. Então, o produtor tem um custo daquele registro, porque o Banco exige, mas, na hora que o Banco precisa lançar mão dessa garantia, ele não tem certeza de que ela existe.

A gente contorna também essa questão das necessidades hipotecárias em alguns créditos e a gente, com essa dispensa — talvez não integral, mas em parte, ou para algumas linhas de crédito, ou para crédito até x por cento de valor, enfim —, a gente consegue fazer uma escala para poder estar dispensando garantia. E quando a gente dispensar isso, a gente vai ter um menor custo para o produtor, porque

registrar uma CCB ou registrar uma cédula de crédito no cartório de imóveis ou no cartório de títulos e documentos tem um valor. Registrar um penhor é outro valor, tá? Então, a gente consegue, com isso, diminuir custo para o produtor também.

E outro ponto que eu ia levantar é a questão da taxa de juros, que ela vai poder passar a ser negociada, porque você tem um risco menor, então, as instituições irão rever as suas taxas. O Banco da Amazônia como segue taxa de lei, taxa de Plano Safra, a gente não consegue talvez mexer na taxa, mas a gente consegue trabalhar o percentual de financiamento, não é? Às vezes, a gente financia aí 90%, 80% por conta de garantia. Talvez, se a gente tiver uma garantia de penhor mais confiável, a gente possa aumentar o percentual de financiamento.

Foi falado aqui muito bem pelo Oberdan. Eu sei que a Reunião aqui é para criar um Projeto de Lei e aí um Projeto de Lei é um pouco mais simples do que a gente fazer esse projeto ser operacional, que é a questão levantada aí pelo Presidente do Idaron. É óbvio que várias dúvidas vão surgir e eu quero colocar o Banco da Amazônia à disposição para participar do grupo de trabalho, para a gente levantar algumas dúvidas. Algumas delas eu já posso citar aqui. Por exemplo: se a gente tivesse uma informação no GTA de que já existe um penhor prévio a cada transação, facilitaria. A gente tem isso nos documentos dos veículos. Eles trazem informação lá de que está alienado. Então, se a gente tivesse, talvez, isso no GTA nos ajudaria.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Doutor, a gente pode, na evolução da proposta, criar essa informação na ficha de propriedade. Porque por GTA é um documento que ele é emitido com uma frequência, um volume considerável. Mas aí, quando eu busco no CPF ou no CNPJ de cada ficha, nela, a gente pode pensar nessa evolução numa ficha paralela ou apensada com dupla titularidade: instituição de crédito e o proprietário. Aí o que o senhor falou ali de Ji-Paraná, com a anuência, com o aval da instituição de crédito, a gente movimentava aquela ficha. Para não sair, se não fica muito... E detalhe: todas as informações do GTA têm que ser autorizadas pelo Ministério da Agricultura. Então, são situações que a gente pode construir e aqui eu quero mais uma vez empenhar a vontade da agência, do Governo do Estado de Rondônia em viabilizar essa proposta da forma mais transparente possível, está bom?

O SR. DIEGO CAMPOS – É uma alternativa. A proposta minha do GTA é porque a gente enxuga documentos, não é? Me preocupa muito quando a gente exige mais um documento do produtor. A gente tem essa preocupação de não estar solicitando tantos documentos, porque no meio desses produtores, a gente tem muita gente de agricultura familiar. E, às vezes, é um pouco difícil para eles compreenderem tudo isso. Mas eu entendi a sua observação.

Com referência à questão da Lei de Dados, de Proteção de Dados, os Bancos e as instituições, no seu cadastro já coletam a autorização para que a gente possa averiguar questão de SCR, Serasa, SPC. É muito fácil para as instituições incluírem lá o Idaron. Para a gente é tranquilo, eu vejo dessa forma.

Aí, eu teria duas sugestões para fazer, e uma o Oberdan já fez, que é a questão de a gente, na hora de aplicar esse Projeto de Lei, contar com a parceria do Detran, porque eles já trabalham com sistema de gravame e com as instituições e eles também já têm uma formulação de tarifas, enfim, eles têm um sistema já atuante.

E a outra, o Salatiel questionou aqui a questão da avaliação e o Presidente já explicou para ele mais ou menos que isso tem que ser relacionamento com a instituição. No Banco da Amazônia hoje, a gente faz um RIS, que é um Relatório de Informação Semestral. Ou não semestral, depende do que acontecer no mercado. E a gente tem um relatório desse para cada região do Estado. Então, a gente pode sentar com as instituições, padronizar isso, fazer um modelo para o Estado inteiro para a gente trabalhar isso. Fica aí a contribuição do Banco da Amazônia.

Eu acho que tudo que a gente precisa para o Projeto de Lei a gente tem, viu, Deputado? A gente tem a motivação, a gente tem a necessidade, a gente tem o atendimento à sociedade e a gente tem o interesse das instituições nesse Projeto de Lei também. Eu agradeço e coloco o Banco da Amazônia à disposição para o projeto e para o grupo de trabalho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Diego. A importância de o Basa estar aqui conosco também, eu acho que é muito importante. Dá uma estatura, uma dimensão maior ainda a esse projeto, juntamente com o Banco do Brasil, com as cooperativas. Então, esse é o caminho. A gente dirimir as dúvidas para construir esse projeto. Não sei se o Banco do Brasil...

Quer fazer uso? Pode. Só fale nome e o cargo.

O SR. JARBAS SAMPAIO – Perfeito. Jarbas. Superintendência do Banco do Brasil. Ratificar tudo o que foi dito. Eu acho que é o momento oportuno. O preço realmente dos nossos produtos financiados banca uma carteira que nós temos majoritariamente financiando pecuária, mais um plano safra, apesar de toda adversidade, o plano do Banco mais de uma vez conseguiu superar mais uma vez o desembolso recorde nessa última safra, esse semestre também muito adverso, também o semestre que foi maior do que o semestre passado.

E assim, nos colocar à disposição. Queremos participar do grupo naquilo que for necessário. O projeto está, de forma embrionária, surgindo agora, e eu acho que vem realmente a reforçar toda a legalidade, o amparo, o risco da operação de crédito, fortalecendo todo esse arcabouço que envolve uma operação de crédito, uma atividade tão importante no nosso Estado, e a gente quer realmente participar disso aí. É uma discussão que já tem uns anos mesmo. Escuto aqui já esse assunto sendo ventilado já há alguns anos, e parabenizar o Deputado Laerte pela iniciativa. Agora — usando aqui a expressão da área —, “pegou o touro pelo chifre”. Nós vamos agora juntos somar forças para fazer acontecer mesmo, Deputado. Conte conosco. Parabéns a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Deputado Chiquinho, quer falar agora, ou mais...? Vossa Excelência está aqui. A Casa é vossa.

Com a palavra, o Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Bom dia, Presidente Laerte. É uma alegria estar aqui presente. Quero saudar aqui o Diego, do Basa. Em nome do Salatiel, saudar todas as cooperativas de crédito que estão aqui presentes, o Banco do Brasil. Essas instituições têm o papel importante no desenvolvimento do Estado de Rondônia. Existe dificuldade na questão de garantias e esse projeto é muito importante. Já se tinha trabalhado isso, até com Wilson, do Basa, antigamente, para ver se essa questão andava. Terminou não andando, mas agora, virando lei do Estado, vai facilitar.

Eu acho que o Idaron está aí, eu acho que não há dificuldade de criar uma lei para ajudar a questão do Idaron. Já tem com o Detran algumas coisas nesse sentido de garantia. Então, eu não vejo a menor dificuldade em fazer isso. Antigamente, Deputado Laerte, os Bancos ferravam o gado. Tinham ferro. Acho que alguém lembra aí da música de Luiz Gonzaga. Salatiel, que é bem antigo, sabe disso. Ferravam o gado, não é? Os Bancos tinham ferro e faziam marca, que eram uma garantia que os Bancos tinham. Eu acho que quem é mais velho aí, a gente lembra disso. Então, é mais ou menos isso. Eu acho que dá para fazer isso sem muito problema, que o Maxwel, o nosso Procurador... Acho que não há problema nenhum nisso. Acho que não tem nenhum impedimento de o Idaron ter uma ficha que seja do produtor consorciada com o Banco. Eu não vejo a menor dificuldade disso. Ele só vai mexer quando for pagar uma parcela, lógico. Os animais que vão estar em garantia não seriam as crias, seriam só a questão da quantidade de animais que está ali. Animal é avaliado sempre, como o Diego falou aqui, sempre o Basa tem um instrumento que faz isso. Também o Banco do Brasil faz isso, avaliação de propriedade, avaliação de rebanho. Então, não tem a menor dificuldade em se fazer isso. A Emater faz isso sempre. Eu fiz isso muitas vezes: avaliação de propriedades rurais e de rebanho de leite. E isso tudo vai facilitar o crédito. Quem vai ganhar com isso? Os Bancos, as cooperativas, que vão ter uma garantia maior, e o produtor rural, que vai ter a facilidade que todo mundo tem — a maioria tem gado, não é? — que possa dar em garantia. Porque a dificuldade é avalista hoje. Hoje, nós temos grande dificuldade em avalista. Ninguém quer mais avalizar, porque quando a pessoa avaliza, Deputado Laerte, ele fala o seguinte: "se ele não pagar, eu pago". Então, hoje temos muita dificuldade nesse sentido.

Então, o crédito vai evoluir mais ainda. O Basa tem muito dinheiro, o Banco do Brasil, as cooperativas de crédito têm muito dinheiro. As cooperativas têm desenvolvido muito, principalmente nesses lugares mais distantes, como ele falou aqui, o Sicoob, o CrediSIS lá em Rio Pardo, Bandeirantes. Eu só não vi em Calama. Eu gostaria que vocês colocassem também as cooperativas de crédito aí, que eu sei que o Banco do Brasil não vai lá para Calama, eu acho que ali tem vários distritos, tem Demarcação, tem a Vila do Rio Preto, que está evoluindo, tem quase 6 mil famílias já lá assentadas. Então, é um local estratégico para vocês, cooperativas de crédito. Eu também sou sócio das duas cooperativas. Fui sócio lá em Cabixi, quando iniciou a de Cabixi, lá no Sicoob. E acredito muito nas cooperativas, Salatiel. Acredito muito que as cooperativas, tanto as de crédito como as outras cooperativas, serão a solução da questão do leite, da questão do armazenamento de cereais. Eu acho que o caminho é por aí, se juntando como é o sistema lá

de São Paulo, do Paraná, por exemplo, que o Deputado Laerte citou o PIB do Paraná, Deputado Laerte, nós devemos chegar aos R\$ 9 bilhões, se Deus quiser, este ano, Deputado Laerte, a nossa arrecadação. O ano passado foram R\$ 8,7 bilhões e deve passar dos R\$ 9 bi, que ainda é pouco. Temos que evoluir muito.

Então, assim, minha gente, eu só quero agradecer. Tem o meu apoio. Entendo que isso só vai ajudar o produtor rural, ajudar vocês a melhorarem o sistema de crédito para o produtor. As cooperativas já trabalham com sócio, tem uma facilidade maior porque tem uma garantia já, que a pessoa é sócia do Banco, então é mais fácil. Mas vai evoluir muito para vocês também, para o Basa, para o Banco do Brasil essas garantias com semovente, que são os animais.

Então, eu acho muito importante a gente trabalhar e fazer esse Projeto de Lei o mais rápido possível. Eu não vejo a menor dificuldade de se fazer isso. Não tem obstáculo nenhum, não tem nenhuma lei que vai impedir isso, entendeu? É só o Idaron dar o aval, nós construímos isso rapidamente. Obrigado, Deputado Laerte. Parabéns pela iniciativa. Eu acho que isso vai contribuir muito para o Estado de Rondônia. Muito obrigado a todos, sejam todos bem-vindos à Casa de Leis.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. O Deputado Chiquinho é nosso Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa, membro titular da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente, deputado bem atuante, parceiro nosso, amigo pessoal, com certeza, vai contribuir muito com esse projeto também que vai beneficiar o setor produtivo.

Alguém mais do plenário quer fazer uso da palavra. Se quiser está à disposição. Só falar o nome e a entidade que representa, ligar o microfone na frente. Alguém virtual? Quem está virtualmente se quiser fazer uso da palavra.

O SR. IVANILDO MAIA (*Por videoconferência*) – Deputado Laerte, tudo bom companheiro?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Tudo bem. Pode falar.

O SR. IVANILDO MAIA (*Por videoconferência*) - Aqui é o Maia, seu amigo. Cumprimentar toda a Assembleia, os 24 deputados, nosso amigo Deputado Chiquinho da Emater também, que falou em poucas palavras todo o conteúdo e a importância desse momento que essa lei for apreciada. Que ela vai estar formulando, Deputado Laerte, e ajudando muito o Estado de Rondônia a desenvolver o programa de desenvolvimento. Toda região do Cone Sul, Zona da Mata, toda 429, inclusive na região central, vai ajudar muito os pequenos agricultores. Inclusive aqueles que não têm a regularização de suas propriedades. Vai ser muito gratificante e vai chegar em um bom momento essa contribuição. E toda a Assembleia continuar sendo parceira do Estado de Rondônia vai, eu tenho certeza, abraçar essa causa, Laerte.

Um abraço a todos. Cumprimentar o Salatiel, Presidente da Cooperativa, grande amigo e irmão que propaga um grande... **(ininteligível)** em todo o Estado. E o sempre amigo

Laerte, um prazer ver você defendendo essa matéria que é muito importante para o nosso Estado de Rondônia, meu amigo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Maia. Tem outro ator também nesse processo, que é importante, que são os escritórios de projetos, que também vão ser beneficiados. A própria Emater também que realiza projetos, enfim, é um projeto que só traz benefícios.

O SR. VICTOR PAIVA – Bom dia a todos. Parabéns, Deputado, Deputado Chiquinho, um abraço a todos, o Julião. Lembrando que o Plano Safra foi lançado...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só nome e entidade para a nossa Taquigrafia.

O SR. VICTOR PAIVA – Victor Paiva, Conselheiro da OCB no Ramo do Cooperativismo Agropecuário, zootecnista também. Lembrando do lançamento do Plano Safra ontem — não é, Deputado? —, R\$ 251 bilhões que vem tudo a calhar em um momento desses — não é, Julião? —, e aí vem a pressa do Deputado para aproveitar essa situação. Fazendo um cálculo rápido aqui, 15 milhões de cabeça a uma média, Julião, de R\$ 3 mil a cabeça — não é isso? —, R\$ 45 bilhões em garantia, mais ou menos. Parabéns, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – São 6 vezes, 5, 6 vezes o orçamento de Rondônia.

O SR. VICTOR PAIVA – É isso aí.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mais alguém? Monclair, só fala o nome e a entidade representativa.

O SR. FELIPE MONCLAIR GOMES CATARINA – Felipe Monclair, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Rondônia e coordenador atualmente da Câmara Especializada em Agronomia, no CREA.

A princípio dar os parabéns ao Deputado por abraçar a causa e puxar para si a responsabilidade de procurar resolver um problema que é bastante grave do ponto de vista nosso, técnicos e Bancos. E em nome do Salatiel, parabenizar também as cooperativas de crédito por se empenharem nessa resolução, que são as principais prejudicadas na falta desse regramento, não é?

Dar os parabéns aos entes públicos: Banco do Brasil e Basa, que no início do nosso Estado foi de fundamental importância para o desenvolvimento, primeiros financiamentos, investimentos, mas não conseguiram atender à demanda do público. São instituições engessadas pela própria legislação, concursos públicos e tudo o mais, e veio a cooperativa e disseminou o crédito em todos os lugares e entranhas do nosso Estado.

Eu vou fazer uso da palavra aqui só para frisar a importância da responsabilização técnica de quem realiza o projeto. Os projetistas são os braços, os tentáculos da instituição financeira lá na propriedade rural. Então, contem, também, com o Conselho para buscar uma responsabilização maior de, porventura, algum profissional que não atenda a exigência mínima de ética, não é? O Conselho está lá para avaliar e

tomar as medidas cabíveis e com um melhor engajamento dos profissionais. O Conselho e a instituição bancária, nós temos projetos de maior qualidade e com projetos de maior qualidade teremos melhores garantias de pagamento dos seus projetos. Um abraço.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Mais alguém aí, de forma virtual?

O SR. MARCOS MURILO (*Por videoconferência*) - Bom dia, Presidente. Marcos Murilo, do Sicoob Amazonia. Gostaria de dirigir minha pergunta ao Presidente do Idaron. Parabenizar o Idaron pelo trabalho que desenvolve no Estado, mas a minha curiosidade é a seguinte: o Idaron, ele tem, quando da sua criação, a sua função em relação à vigilância sanitária. Como ficaria a função do Idaron em se transformar em um órgão de bloqueio de produtores, em desvio de sua função? Essa parte que eu gostaria de uma melhor explicação.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Muito bom dia. Obrigado pela oportunidade de me manifestar. Só peço desculpas que eu não gravei seu nome.

O SR. MARCOS MURILO (*Por videoconferência*)- Marcos Murilo.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES - Marcos Murilo. Em hipótese nenhuma nós estamos transformando o objeto da agência da Idaron, ou negócio da Idaron, que é defesa sanitária agropecuária. O que nós estamos tentando é viabilizar o acesso ao crédito, sem, contudo, deixar de executar de fato, e eu gostaria aqui de fazer uma pinça aqui, um apêndice ao colega de Ji-Paraná, o nome do senhor é?

O SR. SÉRGIO MILANI – Sérgio.

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES - O senhor Sérgio. Eu estava aqui guardando, mas ele externalizou. Hoje, os senhores todos sabem aqui, nós não vamos ser hipócritas, que existe muita simulação de crédito. Que é uma tarefa, um ofício dos senhores. Para nós, é uma preocupação essas transferências de crédito virtual de "Pedro para Paulo", através de documento, que, garantido ali, eu pego um gado do "Laerte", emito uma ficha de propriedade, vou no Banco e levanto o crédito. A partir daqui — senhor Sérgio, muito obrigado —, esse gado aqui colocado pelo Salatiel, colocado e reforçado pelo Basa, por todos os outros, será periodicamente fiscalizado, garantido pelos senhores da agência de crédito que "Paulo" é detentor daquele gado. E isso diminuirá o trânsito (abre aspas) "fictício", o que dificulta a agência Idaron no que tange à fiscalização, ao levantamento epidemiológico. Porque numa situação de suspeição de qualquer que seja a patologia, qualquer que seja a enfermidade, à propriedade-índice, a quem deu informação, dela derivará todas as negociações, transação de documento que partiu dela ou passou por ela. E isso é um trabalho epidemiológico e a agência Idaron precisa fazer. Então, nessa situação, nós diminuimos inclusive o risco de trânsito dentro do Estado, porque todos eles estarão garantidos e alienados através de documentos.

Então, eu gostaria de deixar claro que em hipótese ou momento nenhum, a agência Idaron deixa de cumprir o seu propósito, que é defesa sanitária animal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - E já faz isso, não é? Reforçar: já o faz. Isso. Porque quando a Justiça determina que haja um bloqueio na ficha de um produtor, vocês já fazem isso, não é? Essa transação, quem vai determinar que bloqueiem a sua ficha? É o proprietário. Em vez da Justiça, é o proprietário. De comum acordo, mas é o proprietário. Só ele tem esse poder. Ele que vai assinar o documento: "bloqueia lá, tantas cabeças da minha ficha". Então, é isso aí. É isso que nós vamos discutir nessa segunda etapa com o Idaron. Agora nós vamos discutir o esqueleto do projeto para a gente dar celeridade, sentar com o Idaron.

Falei com o Procurador aqui, da Procuradoria Geral do Estado, como PGE também vai, o Dr. Fábio, a PGE também vai nos auxiliar nisso, aqui a Assembleia, conversei com o nosso Procurador-Geral, Dr. Maxwell, conversei com a Casa Civil, porque o governo também tem interesse nisso. O governo também tem, logicamente é um dos principais interessados. O posicionamento, a palavra dele aqui, neste momento, às vezes pode até contaminar — então é melhor não —, mas ele falando aqui que o projeto, quanto menos burocrático, quanto mais simples, melhor é. Quanto mais nós inventarmos, pior fica, não é? Então é uma coisa curta, objetiva, constitucional, legal, que possa ser aplicado. Que atenda aos interesses do Idaron, das agências e, principalmente, do produtor e do Estado, certo? Só para a gente avançar nisso. Mais alguém quer fazer o uso da palavra?

O SR. NEUDAIR CHAVES – Eu.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pode, Neudair.

O SR. NEUDAIR CHAVES – No início, eu não me apresentei. Eu me apavorei um pouco aqui. Sou Neudair Chaves, sou fundador da JiCred, em 1997. Fui o primeiro presidente, por consequência e gostaria também de registrar o trabalho muito importante de um grande amigo, que nasceu também junto com a JiCred, foi o trabalho que hoje nos traz esse fruto que colhemos, que é o Fefa (Fundo Emergencial de Febre Aftosa), o José Vidal Hilgert, lá de Ji-Paraná, foi um grande batalhador para esse gado nosso estar, hoje, sendo reconhecido em nível internacional como livre aftosa. Nada acontece por acaso — viu, mestre? Então, a vida nos traz frutos, desde que nós nos lancemos a fazê-los, a plantar sementes boas, é o que nós estamos colhendo agora. Um grande parceiro nosso, José Vidal Hilgert. É uma pessoa que merece todo o nosso respeito. O Idaron desenvolveu muito quando ele administrou o Fefa (Fundo Emergencial de Febre Aftosa), sem a interferência do então governador, lá para trás, que criou outra instituição, que veio a atrapalhar. Não vou me alongar nisso. Mas o Fefa foi fundamental no desenvolvimento da pecuário Estado de Rondônia. Ao meu amigo José Vidal Hilgert, que fique registrado nestes Anais, merece todo o nosso apoio e o nosso respeito. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigada. Inclusive até mandei um vídeo para o Vidal, falei para ele agora, estava

conversando com ele no WhatsApp. A assessoria até deveria ter convidado, não sei se poderia vir ou não, até porque o Fefa vai fazer parte desse projeto nosso. Devo estar indo ainda hoje para Ji-Paraná ainda hoje, e amanhã, até sábado, vou sentar com o Vidal, porque nós temos a questão da parte que estamos falando — não é Júlio? —, a cargo do Banco, direto Idaron; e o produtor, direto Fefa. Nós vamos usar isso. Usar as duas contribuições para o Idaron, uma vem pelos Bancos e agências, e a parte do produtor, como sempre, fortalecendo o Fefa, que é parceiro principal do Idaron. E também vai estar nesse projeto nosso, o Fefa. Que você ressaltou e lembrou muito bem. Trabalho pioneiro, de vanguarda que foi feito pelos produtores rurais através do Fefa, através do Vidal, como presidente e toda sua diretoria. Se nós hoje somos um Estado livre de vacina de aftosa, deve-se muito, total, muito mesmo, ao trabalho que o Fefa fez e os produtores, juntamente com os nossos valorosos servidores do Idaron.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Viu, Laerte, quero fazer das palavras do Neudair, as nossas também, do cooperativismo. Só para lembrar bem que quando fala-se desburocratizar, o Fefa veio para dar esse apoio rápido, porque quando existia algum foco, rapidamente estava lá o Fefa apoiando e ajudando o produtor rural, muito bem lembrado. E aí nós fizemos as nossas considerações ao Vidal e a todos: Dr. Fernando Pinto, Adalto Mambula, o Canuto de Ji-Paraná, enfim, a todos que fizeram parte do Fefa, que fazem parte do Fefa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Bom, gente, acho que todos tiveram a oportunidade, quem não quis falar, acho que já se sentiu representado pelas falas aqui dos colegas. Se não tiver mais ninguém, a gente já podia dar o encaminhamento para a gente ser objetivo, como a gente quer ser objetivo no projeto, tem que ser objetivo na reunião.

Então, nós vamos aqui, esse grupo de trabalho que foi proposto pelo Salatiel, nós vamos fazer ele com a participação do Basa, com a participação do Banco do Brasil e com a participação, Diego, e colocar lá com a participação de mais quatro representantes, quatro ou cinco representantes, de preferência um de cada. Nós temos a CrediSIS, nós temos a Sicredi, temos a Credip, temos a Cresol... O sistema é Sicoob, Cresol, CrediSIS...

O SR. SALATIEL RODRIGUES – SicoobUni Rondônia e Sicoob Fronteira também. **(fora do microfone).**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É um de cada. Já está aí. Vocês mesmos poderiam organizar isso, pôr um representante de cada e a gente fazer esse grupo de trabalho para se reunir, botar a nossa equipe para se reunir com vocês para a gente construir esse projeto. Os que não estiverem aqui pode ser por videoconferência. Deputado Chiquinho, participar com a gente também. Eu gostaria muito, faço questão que você participe. Porque às vezes eu não posso estar na reunião, e o Deputado Chiquinho está; ele não está, eu estou, e assim a gente se adequa. A gente é irmão.

Então, para a gente já formar esse grupo de trabalho e já sair daqui com isso definido, já marcar a primeira reunião e ir construindo. Neudair, você participar acho que é

importantíssimo, vocês que vão participar, e a gente já sair e começar construir e até o final de semana que vem já ter um esqueleto para a gente poder sentar com a PGE e com o Idaron para dar andamento nisso.

A minha pressa, quando o Júlio falou, é verdade, mas nós temos que ter pressa para ter o projeto básico, para a gente adequar dentro da legislação do Idaron e do Estado, ter objetivo. Então nós já vamos definir aqui: o Sicoob Norte, a SicoobUni... É o mesmo modelo?

O SR. SALATIEL RODRIGUES – É o mesmo modelo com agências diferentes. **(fora do microfone).**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – São agências diferentes, né?

O SR. SALATIEL RODRIGUES – São agências diferentes. **(fora do microfone).**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – SicoobUni... Porque se botar muita gente também...

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Mas eu coloquei um de cada. **(fora do microfone).**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu acho que podia ser um modelo de Sicoob, um modelo CrediSIS, um modelo Cresol. É um só no Sicoob, porque sendo um só para participar aqui... senão é muito. O que a gente tem que fazer para dar certo, gente? O interesse é coletivo. Eu acho que é isso. É a gente remar tudo para um lado só, que é o objetivo aqui.

Então, vai um do Sicoob. Se tiver dúvidas, conversem entre vocês. Fica um do Sicoob, fica um da CrediSIS, um do Cresol, um do Sicredi, um da OCB - que é a cooperativa - um do Basa e um do Banco do Brasil, está bom? Aí vocês já façam as indicações de vocês e a gente já faz esse grupo de trabalho.

Eu já vou colocar alguém da nossa equipe também para estar junto, para coordenar e a gente poder avançar nisso daí, está bom, gente? Mais alguma dúvida? Está ok?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Então, Deputado Laerte, você já podia marcar já a Reunião.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A gente já marca aqui, a gente já vê aqui. A gente faz um grupo de Whats e já marca.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu estou falando, Deputado Laerte, porque nós só temos — como vai ter férias em julho aqui da Casa — a gente precisava votar antes disso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Recesso.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Recesso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu acho... Eu não sei se é possível votar antes e vou te falar porquê. Porque nós temos só uma semana, duas Sessões, eu acho muito difícil. Porque nós vamos ter que sentar com... Também não adianta a gente fazer algo atropelado. Tem que sentar com o Idaron,

adequar, achar esse mecanismo do bloqueio, a facilidade, porque nós vamos ter milhares de processos. Não se enganem vocês. Eu acredito nisso. Milhares, milhares e milhares de processos. Então, nós temos que armar uma ferramenta tecnológica para a gente não precisar de dezenas de servidores para fazer isso também.

O SR. NEUDAIR CHAVES – Deputado, com licença. Hoje a parte de software, isso resolve quase tudo, entendeu? Ele já citou — desculpa, o seu nome?

O SR. JÚLIO CESAR ROCHA PERES – Júlio. **(fora do microfone).**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Júlio.

O SR. NEUDAIR CHAVES – O Júlio já citou. É tudo dentro do sistema. Hoje para assinar um documento você não precisa sair de casa. Você tem um acesso de computador ali, autenticado. Então, o troço está muito bom para nós, eu acho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu também concordo.

O SR. NEUDAIR CHAVES – Agora, é claro que nós temos que contar com alguma coisa igual o Júlio citou que está pronto para fazer. Isso é muito bom.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – E a legalidade de ter acesso à informação. E aí se uma autorização do proprietário resolve... É isso que nós vamos discutir com a Procuradoria. A regra do negócio.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – A regra do negócio. **(fora do microfone).**

O SR. NEUDAIR CHAVES – Se todo mundo estiver empenhado nisso — da Comissão — isso sai muito rápido. Muito, muito rápido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com certeza. Mas é isso aí. Está bom, então, gente? Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Não, é só criar a lei para o Idaron poder fazer isso. E mais nada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A gente já quer, Deputado Chiquinho, qual é a ideia que eu estou trabalhando? Para a gente fazer algo definitivo e consensado, tudo dentro da lei, pronto, com o Idaron e com a Procuradoria. Levamos um projeto já pronto para ser votado, publicado, sancionado e que entre em vigência para não ter discussão, para não ter...

Por isso que eu acho que a gente perde um dia, uma semana, duas semanas — que eu não vejo problema nisso —, se precisar a gente também conversa com o Presidente para chamar Extraordinária, mas para a gente fazer algo que seja alicerçado, constitucional, legal e que oportunize já, assim que sancionado, já negócios. É isso que a gente quer.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – E também — viu, Deputado Laerte? —, esses que estão virtuais aí, gente, é importante a ideia de vocês também. Nós citamos aqui o Sicoob Norte, tem o Oberdan e tem o Renato aqui; o CrediSIS, o Neudair; o Cresol, o Sérgio; o Sicredi, o Juarez; a OCB pode ser o Victor; aqui o Basa; o Banco do Brasil e o Idaron. Aí, esse grupo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Idaron não pode participar nesse primeiro momento não.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Só como sugestão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, mas não pode nesse primeiro momento não, porque nós vamos construir o esqueleto do projeto. Ele vai ser a segunda parte, onde nós vamos readequar o que nós construímos dentro da legalidade, com ele e com a Procuradoria. O Deputado Chiquinho você coloca, que vai participar dessa primeira fase — não é isso, Deputado Chiquinho? O Deputado Chiquinho vai participar conosco disso daí. Está bom, então, gente?

A gente já vai construir, vamos criar um grupo aqui, a gente trata aqui com o Salatiel, já cria um grupo de Whats e já marca. Acho que vocês já podem — o grupo — a gente marca uma reuniãozinha, o grupo já pode fazer, Neudair, já pode fazer um esqueleto. Vocês já devem ter pronto basicamente, ou constrói isso rápido junto com todo mundo aí para a gente pode avançar. Está bom, então, gente?

Quero agradecer a presença de todos vocês, o tempo que vocês tiraram, muitos para vir até Porto velho, outros já daqui das suas funções. O Superintendente o Basa, o Diego, é uma alegria tê-lo aqui conosco, uma alegria mesmo. Isso mostra também, dá uma estatura muito grande para nossa Reunião e para esse projeto. Então, para mim é uma alegria grande. O Banco do Brasil, o Superintendente do Banco do Brasil, o Edson não pôde vir, mas mandou o seu representante para a gente também. Mostra que é algo que atende a todos os interesses, a todas as cooperativas e todos os sistemas de cooperativas que estão aqui. Oxalá nós tivéssemos mais sistemas, Salatiel — eu falo muito disso —, mas, assim, de indústria, cooperativismo de indústria, para agregar valor no que a gente produz aqui em Rondônia, que é um caminho que a gente tem que buscar todos juntos. Se aproximar mais e buscar. Látex, outros modelos, de cafeicultura... Agregar valor mesmo, e muitas vezes sair da mão da indústria que regula o preço. Eu sempre falo que quem tem que regular o preço do mercado é o cooperativismo. Quando a indústria regula, alguém vai perder, porque ela... Todos visam lucro, mas ela visa muito mais.

Então, quero parabenizar o sistema financeiro. Parabenizar o OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) aqui, o Salatiel, e agradecer por essa mobilização. Agradecer a vocês, aos que estão de forma virtual. Acho que é um projeto que interessa a todos e principalmente a Rondônia. Eu acho que nós podemos ser pioneiros num modelo que, com certeza, vai andar o Brasil. E quem vai construir isso a várias mãos somos todos nós, principalmente vocês. Está bom, gente?

O SR. NEUDAIR CHAVES – Deputado, o Fefa (Fundo Emergencial da Febre Aftosa) foi modelo para o resto do Brasil.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para o resto do Brasil. E talvez a gente está hoje nesta reunião aqui que pode ser uma reunião histórica, não é? Quem sabe não pode ser histórica? Criando um modelo de facilidade para o produtor ao crédito e principalmente de segurança a quem fomenta também o negócio, o agronegócio nesse caso. Então, eu acho que o mais importante disso tudo, Diego, é quando você fala de garantias. Talvez não exista — talvez não! —, não existe nada mais que tenha liquidez do que o gado. Nada mais, não é? Então, é um negócio excelente para todos.

Então eu quero agradecer, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, da qual sou Presidente, agradecer a todos os deputados. Com certeza vão estar apoiando esse projeto, e que a gente vai levar a cada Deputado — não é, Deputado Chiquinho? Agradecer a você por estar conosco nisso junto e desejar aí uma boa-tarde a todos vocês.

Está encerrada a Reunião. A gente já fala em *off* aqui, para marcar essa primeira reunião para a gente poder já iniciar os trabalhos, está bom, gente? Obrigado de coração mesmo a presença de todos vocês aqui.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas)

**16ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 10ª LEGISLATURA
(Em 22 de junho de 2021)**

Presidência dos Srs.

ISMAEL CRISPIN – Ad Hoc
ALEX REDANO - PRESIDENTE
ADELINO FOLLADOR – Ad Hoc
EZEQUIEL NEIVA – Ad Hoc

Secretariados pelos Srs.

EYDER BRASIL – Ad Hoc
DR. NEIDSON – Ad Hoc
ISMAEL CRISPIN – Ad Hoc

(Às 15 horas e 30 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM); Aécio da TV (PP); Alan Queiroz (PSDB); Alex Redano (PRB); Chiquinho da Emater (PSB); Cirone Deiró (PODE); Dr. Neidson (PMN); Eyder Brasil (PSL); Ezequiel Neiva (PTB); Ismael Crispim (PSB); Jean Oliveira (MDB); Laerte Gomes (PSDB); Lázinho da Fetagro (PT); Lebrão (MDB) e Luizinho Goebel (PV);

DEPUTADOS AUSENTES: Alex Silva (REP); Anderson Pereira (PROS); Cassia Muleta (PODE); Edson Martins (MDB); Geraldo da Rondônia (PSC); Jair Montes (AVAN); Jhony Paixão (PRB); Marcelo Cruz (PATR) e Rosângela Donadon (PDT).

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 16ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da

10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 15 horas e 56 minutos, o Senhor Ismael Crispin passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Cumprimento a todos com umaboatarde. Agradeço a presença de todos os deputados, todos os servidores. Coloco, neste momento, em apreciação a ata que acaba de ser lida. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, fica aprovada.

Eu gostaria de suspender a Sessão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Presidente, solicito o registro de presença: Deputado Lazinho.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de suspender a Sessão por alguns minutos, e transformar em Comissão Geral, mas antes, gostaria de registrar a presença do Deputado Lazinho da Fetagro.

Nós temos algumas demandas hoje, senhores. Nós estamos recebendo a visita dos nossos amigos do Tribunal de Justiça. Está o Presidente do Tribunal de Justiça, acompanhado também de alguns assessores, o Dr. Juiz, também, Rinaldo Forti. E vamos transformar em Comissão Geral para receber os nossos amigos, os nossos convidados, os nossos Deputados E Deputadas da Bolívia, mais precisamente da província do Beni.

(Esta Sessão Ordinária transforma-se em Comissão Geral às 15 horas e 58 minutos)

Então, eu gostaria de convidar a Presidente da Assembleia Departamental do Beni (Bolívia), a Excelentíssima Senhora Deputada Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Departamental do Beni. Gostaria de convidar a nossa Presidente para tomar assento.

A SRA CECÍLIA GIRALDO JUSTINIANO – *Muchasgracias. (fora do microfone).*

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – *Bienvenidas.* Muito obrigado pela presença.

Gostaria de convidar o Deputado Chiquinho para acompanhar a Deputada Katuska Figueroa, da Assembleia Departamental do Beni.

Gostaria também de convidar o Deputado Alan para recepcionar a Deputada Jenny Parada, Deputada Departamental do Beni.

E também gostaria de convidar o Excelentíssimo Senhor Deputado Edgar Segundo Avaroma, da Assembleia Departamental do Beni.

Sejam todos bem-vindos. Gostaria também de registrar a presença dos assessores, técnicos vindos da Assembleia do Beni, da Bolívia, nosso muito obrigado.

Eu gostaria aqui, de público, parabenizar a servidora nossa da Casa, a Lizângela, e enaltecer a figura do Dr. Hélder, que construiu essa agenda positiva entre Rondônia e o Departamento de Beni, na Bolívia. Nós temos várias tratativas há muitos anos, e eu vejo que estamos avançando. Nós precisamos muito dos produtos bolivianos para o nosso Estado, e também podemos exportar muitos produtos para a Bolívia. Esse é um importante corredor de negócios.

E eu gostaria de quebrar aqui o protocolo e já convidar para o uso da palavra o Deputado Lebrão. O Deputado Lebrão teve início a todas essas conversas, senhores deputados, a toda essa negociação, e hoje já estamos avançando. Temos aqui algumas agendas. Possivelmente dia 2 de julho, em Guayaramerín, uma solenidade com o governo boliviano, e também estamos vendo uma pauta com os Ministros da Bolívia e com o Presidente da Bolívia para o mês de agosto. E nós também estamos providenciando uma agenda com o Presidente da República Bolsonaro junto com o Presidente da Bolívia, para aumentarmos esse intercâmbio. Nós temos uma situação, que é Costa Marques, que nós precisamos resolver a questão da Receita Federal. E, a partir do momento que nós conseguirmos resolver este problema, eles conseguem rapidamente montar a aduana do lado boliviano. Então, nós temos vários produtos, por exemplo, o potássio. Outro exemplo, o sal, a ureia que podem ser importados para Rondônia, um preço muito atrativo, e também temos vários produtos que podem ser exportados para o Estado do Beni.

Passo a palavra e depois já abro também aos demais deputados que queiram se pronunciar, passo a palavra ao Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Obrigado, Senhor Presidente. Eu faço uma saudação a todos os deputados que ocupam assento neste Parlamento. Dizer que é uma satisfação muito grande participar deste momento ímpar aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Cumprimento a imprensa, todos os deputados que nos acompanham remotamente neste momento e todos aqueles que também nos acompanham através das redes sociais nesta visita. Nós temos que agradecer imensamente aos nossos deputados do Departamento do Beni que nos visitam neste momento especial, retomando mais uma vez essa agenda importante e positiva, Deputado Adelino Follador, entre o Departamento do Beni e o Estado de Rondônia, especial Brasil e Bolívia que, sem dúvida nenhuma, vai participar ativamente da vida de cada um daqueles que vivem na Bolívia, através do Departamento do Beni, provocando esse *desarrollo* importante do lado boliviano, assim como também o desenvolvimento do lado brasileiro, muito bem colocado pelo Presidente Redano.

De uma maneira especial eu cumprimento aqui a nossa Presidente do Parlamento beniano, nossa querida Cecília. Muito bem representado o Beni, com mulheres lindas e simplesmente e nada mais do que isso, importante na agenda política do Departamento com a capacidade imensa, hoje dirigindo a Assembleia Legislativa do Departamento do Beni. Meu irmão Edgar, Secretário de Relações Internacionais, hoje deputado, participando pela primeira vez já como deputado aqui em Porto Velho, em Rondônia, retomando essa agenda, sem dúvida nenhuma, muito positiva para os dois países, para os nossos dois Estados. Katuska, Deputada, que também faz um brilhante

trabalho, iniciando em nossa região San Joaquín, nós conhecemos muito, já participamos de algumas audiências públicas em San Joaquín, San Ramón, Magdalena. É uma honra recebê-la neste momento aqui em nosso Estado. Da mesma forma a Jenny, deputada representando muito bem o Beni. Todos os assessores que os acompanham aqui, acompanham vocês neste momento. E dizer que é da maior importância nós retomarmos esse projeto importante.

O Brasil está em débito com a Bolívia há mais de 100 anos, através do Tratado de Petrópolis. É preciso construir e viabilizar essa integração nacional através de Guajará-Mirim e agora, mais uma vez, aumentando através de Costa Marques, que nos liga diretamente ao Porto Ustarez até Trinidad, através da BR 429, uma rodovia totalmente pavimentada, rodovia de primeiro mundo e a falha até o momento é nossa. Nós temos uma dificuldade muito grande através da Receita Federal, mas estamos trabalhando ativamente e acredito que agora nós vamos vencer esse obstáculo. Tivemos grandes problemas através dessa pandemia que assola o Brasil, a Bolívia e o mundo e que, lamentavelmente, ceifou muitas vidas de todos os nossos países, de toda população mundial.

Então, cabe a nós agora, à frente parlamentar beniana, assim como também a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, retomar esse processo e esse projeto tão importante para que a gente possa fazer a integração binacional: Beni/Rondônia, Brasil/Bolívia fazendo esse intercâmbio comercial para que nós possamos importar os produtos bolivianos e exportar os produtos brasileiros. Nós estamos — os dois países — no Mercosul e nós temos que fazer realmente acontecer. Vamos colocar de lado a vaidade política, a cor partidária e vamos trabalhar para o povo da Bolívia, principalmente vocês através do povo beniano, assim como nós também o povo brasileiro, em especial, o povo de Rondônia. Assim, certamente nós iremos conseguir fazer com que aconteça o mais rápido possível esse intercâmbio comercial.

Estamos esperando o agendamento de vocês, uma agenda nacional com o Presidente da República boliviano e certamente nós estaremos também provocando uma agenda nacional, via Itamaraty, em Brasília, através do nosso Presidente Bolsonaro com toda a nossa esfera federal para que a gente possa realmente fazer com que concretize esse projeto tão importante para os dois Estados, para os dois países.

Então fica aqui o nosso agradecimento. É uma honra muito grande recebê-los hoje aqui na Assembleia Legislativa. E, certamente, estaremos visitando vocês em um curto espaço de tempo para que a gente possa retribuir esta visita importante de vocês aqui em nosso Estado, aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Sejam todos muito bem-vindos. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lebrão. Quero parabenizá-lo por este trabalho...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lebrão. Quero parabenizá-lo por esse trabalho.

Eu gostaria de abrir também a todos os deputados, os deputados que estão on-line, também.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Opa, deixa eu anotar aqui. Deputado Cirone?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Isso. Deputado Cirone Deiró.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Já está anotado, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Está ouvindo bem, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Antes, antes... O som está um pouquinho ruim, Deputado Cirone. Mexe um pouquinho no microfone, amigão.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Deputado Cirone, eu quero aqui...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Oi! Como é que está o som? Está bom agora?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Melhorou, melhorou. Eu gostaria de agradecer à senhora Gislaíne Magalhães, Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Rondônia (Sinjur). Obrigado, minha amiga. Que Deus a abençoe; senhor Gedson Haiel, Diretor Jurídico do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Rondônia, bem-vindo; senhora Orquídea Monteiro, Diretora do Sindicato dos Servidores do Judiciário do Estado de Rondônia. Sejam todos bem-vindos.

A palavra fica livre ao nobre Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ ep: (Por videoconferência) – Boa tarde Presidente, Deputado Alex Redano; boa tarde aos meus pares que estão aí presencialmente; nossos pares que estão trabalhando remotamente. Quero cumprimentar toda a imprensa, que tem a missão de transmitir o nosso trabalho da Assembleia Legislativa a todo o Estado de Rondônia.

Gostaria de dizer, Presidente, que é uma alegria muito grande para todos nós, deputados estaduais, receber esta comitiva de deputados estaduais do Estado do Beni, na Bolívia. Quero aqui, em nome da Presidente, Cecília, desejar boas-vindas ao Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia que é um Estado coirmão da Bolívia, do Estado de Beni, que a gente possa, realmente, fazer com que esses projetos antigos, esses anseios antigos da população de Rondônia, da população do Beni, se concretizem. É uma luta antiga do colega, do Deputado Lebrão, que vem, há anos, buscando meios de fazer essa interligação do povo de Rondônia com o povo do Beni e que se aproxime cada vez mais essa parceria comercial. Vai impactar grandemente no setor produtivo. Tanto no Estado de Rondônia, quanto no Estado do Beni. Um exportando calcário para a Bolívia, o outro recebendo o sal, recebendo a ureia da Bolívia para o Brasil.

Então, quero parabenizar a Assembleia Legislativa por essa interlocução e que possamos, realmente, viabilizar, junto ao Governo Federal, a construção dessa aduana, junto com a Receita Federal, o posto da Polícia Federal, para que a gente possa, realmente, ter esse trânsito livre comercial, nem que

seja momentaneamente por balsa e futuramente, quem sabe, uma ponte interligando os dois países.

Parabéns. Sejam bem-vindos. Estamos aí juntos para debater o assunto e avançar no Estado de Rondônia e no Estado do Beni. Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado CironeDeiró.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Opa, Deputado Chiquinho da Emater. Deixa eu anotar aqui. Só para explicar para os deputados, nós temos a Sessão presencial, mas devido à pandemia nós também temos a Sessão virtual. O deputado pode estar no interior fazendo as visitas, mas pode participar ativamente das discussões, das votações.

Convido, neste momento, o Deputado Eyder Brasil (Força e Honra) e, logo após, o Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. EYDER BRASIL - Nosso Presidente já decorou nosso slogan, viu Deputado Chiquinho da Emater? É isso aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vou acabar pedindo voto. (risos).

O SR. EYDER BRASIL - Daqui a pouco vai pedir voto (risos). Em vez de pedir votos para ele, vai pedir votos para nós.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Deputado Alex Redano, na pessoa de quem cumprimento todos os demais pares desta Casa de Leis, deste Parlamento estadual, o Parlamento rondoniense; cumprimento os nossos deputados que estão de forma remota nos acompanhando das suas bases, de seus municípios, na pessoa do Deputado CironeDeiró.

Quero dar as boas-vindas à Comitiva de Deputados Estaduais da Província de Beni. Sejam muito bem-vindos. Que a estada de vocês em nossa cidade, em nosso Estado e em nosso País, seja profundamente produtiva e que possa encurtar os laços entre esses dois países irmãos, latinos, não é? E eu espero, realmente, que esta Casa de Leis, a Casa de Leis de Vossas Excelências, possam fazer com que esses dois países se unam ainda mais. Porque nós precisamos tanto da Bolívia, quanto a Bolívia precisa de nós. Então assim, é preciso darmos as mãos. Sobretudo neste período de pandemia em que o mundo passa, em que o mundo vive, a gente tem de se unir ainda mais.

E aqui eu quero parabenizar, mais uma vez, a pessoa do nosso Presidente Alex Redano, por estar promovendo, oportunizando este encontro, esta relação bilateral Brasil-Bolívia, através das nossas Casas de Leis, dos nossos Parlamentos. E que essa amizade continue, que ela siga trazendo benefícios para os dois povos: o povo boliviano e o povo brasileiro. Obrigado, Presidente. Sejam muito bem-vindos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, Deputado Eyder Brasil.

Convidamos o nobre Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Quero aqui parabenizar o nosso Presidente, Deputado Alex Redano e todos os nossos

companheiros deputados estaduais de Rondônia e agradecer através da nossa Presidente Cecília a sua vinda aqui a nossa capital, Porto Velho, tratar de um assunto tão importante para o desenvolvimento desses dois Estados e do Brasil e da Bolívia também.

Então, sejam todos bem-vindos, deputados e deputadas, técnicos que estão ali também presentes. É uma alegria receber vocês. Tive a felicidade de, juntamente com o Deputado Lebrão, conhecer a sua capital, cidade maravilhosa, bonita e fico muito feliz em estar recebendo vocês aqui. É muito importante porque a gente, Deputado Alex, a gente tem um déficit com a Bolívia, o Brasil tem um déficit de muitos anos, a questão da ponte. Nós precisamos dos produtos de vocês que é o sal, a ureia e nós já vendemos muitas coisas para a Bolívia através de Guajará-Mirim. Mas queremos vender mais, queremos exportar mais. E o que está faltando, como o Deputado Lebrão falou, é a falha do Brasil: a questão da Receita Federal, tanto em Guajará, quanto em Costa Marques. Eu acho que o Brasil pode melhorar o seu desenvolvimento através da Bolívia, a Bolívia pode melhorar o seu desenvolvimento através do Brasil e a gente, aqui, de Rondônia, estamos juntos nessa luta para ajudar o Estado de Beni e vocês ajudarem o Estado de Rondônia. Sejam todos muito bem-vindos ao nosso Estado. Contem conosco.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Chiquinho.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, por favor, registra a presença do deputado Aécio da TV.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agora, meu Deputado Aécio da TV. Por favor, registra a presença do nobre Deputado Aécio da TV.

Gostaria de franquiar a palavra. Mais algum deputado gostaria de fazer uso da palavra?

A palavra fica livre ao Excelentíssimo Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente Alex, me concede falar daqui?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Claro.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Eu também quero saudar, aqui, os nossos colegas irmãos deputados da Bolívia que nos dão a honra de fazer esta visita para nós nesta linda tarde, e em nome da Presidente Cecília, cumprimentar todos os deputados estaduais. O Edgar, eu já o conhecia quando era Secretário de Estado na outra visita que ele esteve aqui. Me assustei quando ele falou: “agora sou deputado também”. Que bom, que maravilha, parabéns Edgar; às nossas queridas deputadas. O Deputado Lebrão, Presidente, que é um grande entusiasta desse movimento ali da Bolívia, aliás, foi ele quem iniciou isso também lá atrás. Deputado Lebrão é conhecido lá como “Dom Lebron”. Deputado Lebrão, grande deputado aqui do Estado de Rondônia e trabalha muito e sempre tem comentado e falado dessa grande aliança de Brasil-Bolívia, sobretudo o Estado de Rondônia com o Estado de Beni, do país da Bolívia.

Então, para nós é uma honra muito grande poder receber todos vocês aqui e que não fique apenas nessa visita que, realmente, a gente sabe que a pandemia nos atrapalhou muito, todas aquelas negociações que já vinham acontecendo no passado. Eu estive lá quando fui Secretário Subchefe da Casa Civil, que eu fui lá conhecer Beni e não conseguimos voltar mais lá. Mas ano passado teve uma grande caravana que visitou, aliás, em 2019, dois anos atrás, que visitou também. Mas, enfim, depois desta pandemia acredito que a gente vai voltar a passos largos e acelerar todo esse processo para que, conforme disse muito bem o Deputado Chiquinho, Bolívia e Brasil, todos os dois países possam ganhar e muito com isso. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) in:– Gostaria de registrar aqui a presença do nosso convidado ilustre, Daniel Pereira, Presidente do Sebrae. Daniel é um grande defensor. O Daniel fez várias agendas positivas e ficamos muito honrados com a sua presença. Parabéns pelo seu trabalho. Antes de passar a palavra ao Daniel, gostaria de abrir, mais algum deputado gostaria do uso da palavra?

Antes de passar a nossa Presidente Cecília, eu gostaria de convidar nosso eterno Governador Daniel Pereira para uso da palavra. Ele que tão bem entende desse assunto. Se o senhor quiser aqui, se quiser usar a tribuna. Onde você estiver mais à vontade. O Daniel foi deputado estadual também e já usou muito esta tribuna. Então, para não perder o costume, com a palavra nosso nobre amigo Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Obrigado, Presidente. Obrigado pela oportunidade, pela deferência e, embora me sinta muito honrado de ser chamado de ex-governador, mas o título que eu mais gosto é de ex-deputado estadual. Foi por mais tempo. eu tive mais oportunidade para exercitar essa atividade aqui com os senhores.

Aproveito a oportunidade, Presidente Alex, em nome do senhor saudar todos os demais componentes desta Casa. E, particularmente, na pessoa do Deputado Lebrão, que me fez apaixonar pela causa que se trata hoje, aqui, da nossa representação da Bolívia, e aqui se encontram as nossas três colegas deputadas estaduais e o Deputado Edgar, que hoje se faz presente aqui. Eu tive já o prazer de recebê-los lá no Sebrae, na manhã de ontem e já construímos algumas agendas. E o Brasil e a Bolívia, e particularmente Rondônia e o Departamento de Beni e a Bolívia, as nossas histórias se confundem, seja pelo Tratado de Petrópolis, pela construção da nossa cidade mais antiga — Porto Velho —, da nossa segunda cidade mais antiga, Guajará-Mirim. E pelos tempos mais recentes, a partir do trabalho citado aqui pelo meu irmão gêmeo, o qual parabenejo pelo seu brilhante aniversário, dia 20 de junho, que ele falava que ele foi lá. Ele foi durante a gestão do nosso Governador Confúcio Moura e foi iniciado um processo em 2013, tendo, naquele momento, o nosso então vice-governador, Aírton Gurgacz, ajudando a reconstruir, a recontar essa história, em tempo mais recente, não menos importante do que os tempos antigos, mas atualizando. E muita coisa boa foi feita nesse período. Nós construímos a mesa de irmandade, hoje a gente tem uma relação bilateral muito boa, mas ainda faltam... Quer dizer, sempre vai faltar alguma coisa, não é? Nós podemos acrescentar alguns tópicos novos nessa relação.

Neste momento, tem um grupo que está trabalhando para fazer um levantamento de viabilidade socioeconômica para justificar mais uma vez, diga-se de passagem, porque isso já foi feito antes, Deputado Adelino, a passagem lá por Costa Marques, que é uma interação que eu creio que alguns deputados — eu creio que o Deputado Alex Redano estava junto com a gente, com certeza; o Deputado Lebrão também. Nós, dia 15 de novembro de 2015, Deputado Chiquinho, nós fizemos essa travessia. Uma travessia, diga-se de passagem, até um tanto quanto arriscada lá no rio Guaporé, mas fizemos. Vale a pena pela importância do evento.

Então, aquela passagem ali se faz de necessidade estratégica dos interesses de Rondônia e dos interesses da Bolívia. A Bolívia é um país que tem uma das maiores dimensões territoriais ao longo da do Brasil e nós temos acho que 3 ou 4 locais apenas de passagem autorizada. Uma no Mato Grosso do Sul, uma no Mato Grosso, uma em Rondônia, aqui em Costa Marques, e a outra no Acre, lá em Cubir.

Pois bem, e aqui é mais do que necessário, pelas relações que nós temos, e a importância econômica ela se justifica. Por exemplo, a Bolívia compra petróleo da Venezuela e eles poderiam comprar do Brasil, pegar do mesmo local que Rondônia e o Acre pegam, que é da refinaria aqui de Manaus. Eles têm uma necessidade, tanto quanto igual a nós, eles têm uma necessidade de calcário. Rondônia tem duas usinas de calcário: uma pública e uma privada. Pode atender de forma muito salutar. Então, nós podemos construir agendas importantes com eles. Eles podem vender sal para nós, eles podem vender ureia. Inclusive, Deputado Chiquinho e Deputado Alan, eu tive o prazer de estar presente no dia que foi inaugurado pelo Presidente Evo Morales e pelo então vice-presidente do Peru, juntamente com o Dr. Hélder, tivemos o privilégio de vivenciar esse momento histórico.

E vim aqui também com intenção de promover aqui nesta Assembleia — que é uma Casa de discussões, uma Casa de ideias — já algumas agendas novas. Nem terminamos as agendas que nós tivemos, Deputado Lebrão, nos últimos 100 anos, mas a vida é muito dinâmica, dizem que a vida é muito curta para ser pequena. Então, a gente tem que acelerar o processo mesmo. Rondônia tinha uma necessidade de 3 grandes pontes: uma delas está pronta sobre o Madeira, no sentido Humaitá; a segunda delas está pronta lá no Abunã e a terceira é lá Guajará/Guayara. E essa é uma dívida de 100 anos.

Eu e o Deputado Lebrão — ele vai lembrar disso —, nós fomos conversar com o Ministro, que não vem o nome dele agora aqui e ele, num café da manhã lá em Trinidad, e o senhor lembra muito bem o que o Ministro falou com relação à ponte. Ele deu uma esculhambada na gente, disse que fazia 100 anos que o Brasil enrola eles por causa dessa ponte. Mas convenhamos: a não ser a época da borracha, não tinha muito motivo para construir aquela ponte mesmo, porque era para pegar nada para levar para lugar algum naquele momento. De um lado, daqui para lá e de lá para cá. Agora não. A gente tem uma viabilidade econômica muito grande. Castanha e madeira da Bolívia, toda ela, hoje, aqui de Riberalta e de Guayara são exportadas aqui para Porto Velho e essa agenda foi construída nesse último período.

E eu queria deixar aqui, Deputado Alex, o senhor que hoje nos comanda como Presidente do Legislativo Estadual, as nossas usinas do Madeira, inicialmente não foram constituídas, os projetos, para geração de energia. Essas ideias aí eram de construção de eclusas para tornar esse rio navegável, para integrar aqui o centro da América Latina, envolvendo o Brasil, envolvendo a Bolívia e envolvendo o Peru. Mas, com a construção das usinas, que surgiu como necessidade dos apagões de 20 anos atrás, hoje nós temos energia. Cada 8 lâmpadas que acendem neste País, uma acende devido à geração de energia aqui de Rondônia, mas nós não podemos abrir mão dessa agenda, da questão das eclusas nessas usinas e mais uma ou duas que têm que ser construídas ainda para tornar toda essa região navegável. Já imaginou a nossa produção... A gente fica querendo duplicar a BR, querendo fazer o escambau, se a gente pode pegar um rio, uma estrada que está pronta, chamada "estrada rio Guaporé" ou "estrada rio Mamoré" ou "estrada rio Madeira", que é o meio de transporte mais barato que a gente tem.

Então, a gente poderia aproveitar essa agenda conjunta com os nossos irmãos bolivianos, com os nossos irmãos peruanos, e trabalhar algo de interesse estratégico da nossa região. Porque as usinas que foram construídas, a meu ponto de vista, são muito bem-vindas, mas elas não foram construídas pela necessidade nossa. Agora, construir as eclusas sim. Construir as eclusas é para atender a necessidade nossa, aqui da nossa região.

E quero terminar aqui — que já me alonguei demais, reconheço —, mas nós estamos fazendo um trabalho de turismo pelo Sebrae. Nós estamos desenvolvendo os planos municipais de turismo para 25 municípios. Venho aqui pedir apoio dos senhores deputados para essa iniciativa. O Deputado Dr. Neidson, por exemplo, Presidente da Comissão de Turismo, já apadrinhou três municípios. E está em aberto — viu, Deputado Chiquinho? — o seu Cabixi lá, nós nem deixamos ninguém mexer lá — não é, Deputado Ezequiel? —, para o senhor ser o padrinho dele.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Cabixi, Pimenteiras, nós vamos ser padrinhos, não é?

O SR. DANIEL PEREIRA – Então você discute ali com o nosso querido Deputado Ezequiel, veja lá quem vai fazer..

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Estamos juntos, estamos juntos.

O SR. DANIEL PEREIRA – Estamos sempre juntos e misturados. O importante é que a gente tenha os 25 municípios com padrinhos para que a gente possa entregar os planos municipais de turismo.

Mas por que eu vim falar de turismo aqui? Porque não tem condições de a gente fazer esse trabalho sem a gente contar com os nossos vizinhos da Bolívia, porque o rio Guaporé a metade é nossa, a metade é deles. O rio Mamoré nasce lá no território deles e uma parte, para frente, é compartilhada. E até mesmo o rio Madeira, parte é nosso, e parte é dos nossos irmãos bolivianos. Então, é uma riqueza que nós temos juntos, e nós até conversamos com os nossos queridos representantes da bancada da Bolívia que estão presentes, da possibilidade

de nós estarmos com o Presidente da Bolívia nos próximos dias numa agenda aqui em Guayaramerín, quando ele estiver vindo iniciar o processo de transformar o rio Mamoré numa hidrovía, e aí a gente já aproveitar e puxar também essa agenda aí do turismo internacional.

Diz que sonhar grande e sonhar pequeno o trabalho é o mesmo. E eu vou confessar para os senhores e para as senhoras aqui o meu sonho. E a gente vai trabalhar para isso, vamos trabalhar juntos. Simplesmente transformarmos os rios Guaporé, Mamoré e Madeira, desde lá da junção com o Mato Grosso até lá no Amazonas, a gente fazer desse rio o maior corredor de pesca esportiva do mundo, e sendo útil para os dois países e para todos esses povos.

Então, são algumas agendas que nós viemos aqui, além de dar boas-vindas e a recepção calorosa aos nossos irmãos bolivianos, nossas irmãs bolivianas, deixar essas agendas aqui para a gente construir junto com esta Casa Legislativa. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Daniel Pereira. Parabéns pela sua determinação.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Presidente...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu lembro de algumas viagens que fizemos juntos justamente nesse intuito de abrir o mercado Brasil-Bolívia, Brasil-Peru.

Com a palavra, um aparte ao Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu só queria acrescentar, Deputado Presidente Alex Redano e meu Governador Daniel Pereira, o Departamento do Beni vai plantar muita soja e muito milho. E vai exportar tudo pelo nosso porto aqui de Porto Velho. Então, a gente... é uma região, já está aprovado no Código Ambiental de vocês, que eu estive lá, quando eu estive, eu acho que é uma área muito grande de plantio de soja e de arroz e de milho, e que vai exportar aqui tudo por Guajará-Mirim, e chegar aqui ao porto de Porto Velho. A gente fica muito feliz de a produção de vocês passar por aqui e trazer mais desenvolvimento para o nosso Estado. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. E chegou agora há pouco o nosso Deputado que é metade brasileiro e metade boliviano: o Deputado Dr. Neidson. Ele estudou na Bolívia, morou e estudou na Bolívia durante muitos anos.

Eu gostaria de passar a palavra aqui, para o uso da tribuna, ao Deputado Dr. Neidson, que também é um forte apoiador dessa pauta.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Presidente. Obrigado a todos. Boa tarde. Quero *saludar a nuestros amigos y hermanos bolivianos que están aquí también. Sean bienvenidos a nuestro Estado de Rondônia.*

Agradecer aqui ao Deputado Lebrão também, que esteve aí presente em várias reuniões; o nosso ex-governador Daniel Pereira também, com quem tivemos a oportunidade de estarmos lá na Bolívia em várias reuniões, e que foi quem abriu aí a porta de exportação e inicialmente com a madeira —

não foi, Daniel? —, lá por Guajará-Mirim e usando o porto aqui de Porto Velho rumo ao Pacífico.

Eu acabo de sair, Presidente, lá do DNIT e estava vendo a situação dos portos que estão sendo construídos. Vai ser construído um porto IP4 (Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte) lá em Guajará-Mirim. E vai ser construído também, Deputado Lebrão, futuramente, um IP4 lá em Costa Marques. Um investimento de R\$ 6.660.000,00 em Guajará-Mirim. Já estão limpando, o terreno já foi limpo e já vão começar a construção em breve. E, com isso, nós conversamos também com o DNIT para ver a situação da construção da ponte lá de Guajará-Mirim. Está tudo aprovado. A única coisa que falta é a parte financeira. Conversamos com o André, que é o Superintendente, e ele nos disse que se tiver assim em caixa pelo menos — a ponte custa mais de R\$ 200 milhões, são uns R\$ 250 milhões —, que se tiver R\$ 20 milhões em caixa, ele já licita e já dá início às obras da ponte. Então, nós vamos tratar também com a nossa bancada federal para tentar conseguir um recurso já, que seja colocado no orçamento para que a gente possa iniciar as obras dessas pontes. E não é diferente também o Município de Costa Marques, que o Deputado Lebrão vem lutando muito também para ver se consegue outra localidade para escoamento de produto, importações e exportações. Mas o de Guajará-Mirim está bem adiantado já, nós já temos até o projeto executivo, que é um dos mais difíceis, todas as licenças já feitas, só falta a parte financeira. Então, a gente vai trabalhar junto com a bancada federal para ver se conseguimos uma parte financeira e tentar se tornar uma realidade a ponte do nosso município.

E, no mais aí, agradecer a presença dos nossos irmãos, amigos bolivianos que estão presentes. Sejam bem-vindos. E esta Casa sempre vai estar de mãos juntas com vocês para que nós possamos ajudar o desenvolvimento dos dois países. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado. Parabéns, Deputado Dr. Neidson.

Eu passo a palavra agora para a Presidente Cecilia. Quero agradecer novamente a todos os deputados, deputadas da Bolívia, Departamento de Beni e, representando a todos, eu passo a palavra à Presidente da Assembleia do Beni, Excelentíssima Senhora Deputada Cecilia Giraldo Justiniano. Fique à vontade.

A SRA. CECILIA GIRALDO JUSTINIANO – MUITÍSSIMO obrigada, Presidente Deputado Alex Redano. Muito obrigada a cada um de vocês deputados pelas boas-vindas. Agradecer ao senhor Daniel Pereira, ao Dr. Hélder.

Nós viemos do Departamento de Beni, sou Presidenta da Assembleia Legislativa Departamental do Beni e nós estamos presentes aqui com três Comissões da Assembleia: a Comissão de Saúde, representada pela honorável Jenny Parada; a Comissão de Desenvolvimento Econômico, na cabeça da presidência a honorável Katuska Figueroa; e nosso Vice-Presidente, o arquiteto Edgar Rea, como Secretário de Relações Internacionais. E assim chegamos a vocês para nos apresentarmos, já que estaremos cumprindo uma agenda como autoridades do ano de 2022 a 2026.

Nós queremos retomar novamente os laços de irmandade com Rondônia para que desta maneira possamos crescer como Departamento, tanto Beni como Rondônia, para que possamos, em coordenação com cada um de vocês e com os governos, nosso governo nacional, comandado pelo nosso Presidente Luis Arce Catacora, poder reestabelecer os laços de irmandade para poder ter as exportações correspondentes de cada país, poder ter o sonho desejado de nós bolivianos como essa Hidrovia Ichilo-Mamoré para que se possa já concretizar este ano, se bem, estamos vindo há anos trabalhando nele e não temos podido realizar. Agora temos a data definida para esse 2 de julho poder inaugurar a Hidrovia Ichilo-Mamoré e se fizerem chegar os respectivos convites. Assim mesmo também agendar aqui com nosso Presidente da Assembleia e as autoridades correspondentes e empresários poderem ir ao governo para ter uma reunião com o Presidente da Bolívia, o Ministro de Hidrocarburos para poder ver o tema da exportação de calcário, sal, carbono, para que possamos também exportar e assim mesmo uma reunião com nosso Ministro de Obras Públicas para ver a logística e tudo - o porto, estrada -, assim também como o Tratado de Petrópolis, que é um sonho que nós como benianos desejamos. Vai ser um desenvolvimento produtivo, tanto econômico, social e político. É por isso que nós como autoridades, nossa prioridade foi vir aqui em Rondônia para poder nos apresentar e conhecer vocês. Vamos trabalhar coordenadamente para poder levar nosso Departamento adiante.

São muitos temas que nós gostaríamos de abordar. Eu sei que, com o processo e o tempo, vamos abordando, e vamos agora sim já definindo que tudo não fique somente em palavras, mas sim que fique feito. Somos novas autoridades com muita força para poder trabalhar, temos muita vontade, muito entusiasmo para poder levar adiante nosso Departamento. Como muitos de vocês podem conhecer, o Beni é um Departamento rico. Rico em tudo: em natureza, rico para exportar. Podemos ter boapecuária, temos um bom gado, podemos ver tudo em agronomia, agropecuária. Assim também para que os empresários brasileiros que queiram investir em nosso Departamento possam ver que tem um investimento seguro através da Assembleia Legislativa Departamental do Beni. Ter agendas acordadas com os empresários — que já incluímos duas reuniões prévias com eles — para que dessa maneira possamos também reativar a economia que tanto está afetando a Bolívia, o Brasil e todo o mundo.

Eu sei que desta maneira coordenada vamos trabalhar, vamos seguir adiante. Novamente muito agradecida ao Presidente. Sabemos que nossos irmãos do Beni e do nosso país esperam as melhores respostas e, graças a Deus e à boa gestão de vocês e à acolhida que nos dão, iremos com essa resposta ao nosso Departamento e ao nosso governo. Muito obrigada. **(discurso realizado em espanhol, traduzido para o português).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputada Cecília. Mais uma vez, agradecendo a visita de vocês e essa importante pauta. Se Deus abençoar, der tudo certo, os nossos projetos, com certeza, Rondônia dará um salto no desenvolvimento e também o Departamento do Beni. Eu, neste

momento, declaro encerrada a Comissão Geral e está suspensa a Sessão.

(Encerra-se a Comissão Geral e suspende-se a Sessão às 16 horas e 36 minutos e reabre-se às 18 horas e 12 minutos)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro reaberta a presente Sessão.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, eu peço a Vossa Excelência para fazer uma verificação de *quorum*, por gentileza.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu peço, neste momento, uma verificação de *quorum*, por gentileza. Gostaria, enquanto isso, que o Senhor Secretário fizesse a leitura do material de Expediente.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 138/2021 – Poder Executivo, indicando o nome do Coronel BM Gilvander Gregório de Lima para ocupar o cargo de Diretor-Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA.

- Mensagem nº 141/2021 e:– Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Revoga a Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013”.

- Mensagem nº 142/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 372.365,12, e Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$92,80, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – FUNESBOM”.

- Mensagem nº 143/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 198.000,00”.

- Mensagem nº 144/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera o Anexo III da Lei nº 4.916, de 15 de dezembro de 2020”.

- Mensagem nº 145/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022”.

- Mensagem nº 146/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 15.449.626,97, sendo Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 11.373.210,97 Crédito Adicional Especial por Anulação até o valor de R\$ 4.076.416,00, e cria Programa e Ações”.

- Mensagem nº 147/2021 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a gestão patrimonial mobiliária e imobiliária, institui normas para alienação de bens públicos pertencentes ao Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 2.734, de 27 de abril de 2012”.

- Ofícios nºs 4115, 4116, 4119, 4099/2021 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1727, 1729, 1750, 1758/2021 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

- Ofício nº 4117/2021 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1759/2021 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

- Gabinete do Senhor Deputado Jair Montes encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 22 de junho de 2021.

Lido o Expediente recebido, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) - Presidente, registra a minha presença, por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registra a presença do Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Deputado Lazinho da Fetagro também, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registra a presença do Deputado Lazinho da Fetagro.

Falta um deputado para dar continuidade à Sessão.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) - Deputado Cirone Deiró, presente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Cirone Deiró, por favor, registrar a presença. Deputado Dr. Neidson, também.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adelino Follador	- presente
- Deputado Alan Queiroz	- presente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Chiquinho da Emater	- presente
- Deputado Cirone Deiró	- presente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Eyder Brasil	- presente
- Deputado Ezequiel Neiva	- presente
- Ismael Crispin	- presente
- Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passemos agora às Breves Comunicações.

Convido o Deputado Adelino Follador para assumir a Mesa Diretora para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Por favor, me inscreva para a fala também, no Pequeno Expediente.

(Às 18 horas e 18 minutos o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Adelino Follador)

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, nobres companheiros, como estamos aqui a uma distância social grande, vou retirar a minha máscara para fazer uso da tribuna.

Quero aqui fazer uso da tribuna, especificamente, para falar da tristeza do que vem acontecendo no presídio de

Ariquemes já há muitos anos. A semana passada, mais uma vez, mais uma fuga registrada. O que está acontecendo em Ariquemes é vergonhoso, Deputado Adelino, para a toda a classe política do Estado de Rondônia. Foram mais de 20 fugas em poucos anos. Já virou piada o que está acontecendo no presídio de Ariquemes. Um presídio superlotado, mais de 200% acima da sua capacidade e com problemas estruturais há muitos anos. E sempre, e sempre com promessas de melhorias, mas não é isso que vem acontecendo. Quero reconhecer aqui a luta de algumas pessoas, quero enaltecer aqui o Deputado Adelino, que junto comigo, no Município de Ariquemes, estamos sempre cobrando essa vergonha que acontece para o sistema prisional do nosso Estado. Eu quero enaltecer, aqui, a pessoa do Promotor de Justiça de Ariquemes, Dr. Tiago, que está sempre cobrando, inclusive tem ações judiciais nesse sentido. Essa semana eu conversei com o Dr. Tiago logo após acontecer essas fugas, deputados, e realmente é desanimador: você fazer de tudo, lutar para a melhoria do sistema prisional e o que vem acontecendo no presídio de Ariquemes é vergonhoso. O apelido do presídio de Ariquemes é "hotel de férias". Tantas fugas, Deputado Chiquinho, estão acontecendo. Já cobramos diversas vezes do Secretário de Justiça, mas está faltando gestão, está faltando eficiência, porque não é possível: sai ano, entra ano e não consegue resolver o problema das fugas do presídio de Ariquemes. E não é nada de fuga mirabolante, não. São fugas simples. Serram as grades, fazem túneis e quase todos os meses. Esses dias estavam comemorando porque ficaram três meses sem fugas.

Então, eu venho aqui, usar esta tribuna para falar da tristeza que estamos com essa gestão da Sejus. Respeito o Secretário Marcus Rito, sei que é uma pessoa capacitada para o cargo, é do Depen, Departamento Penitenciário Federal, mas, infelizmente está deixando a desejar no quesito gestão, principalmente no presídio de Ariquemes. Está vergonhoso para nós, Deputado Adelino, deputados representantes do Município de Ariquemes, ter que conviver com isso. É uma vergonha! Deixo aqui esse desabafo e, infelizmente, faço esse discurso sem muitas esperanças, pois já cobramos diversas vezes reuniões, audiências públicas e, simplesmente, promessas vazias. Porque de melhoria, de concreto, eu não vejo. Simplesmente, cada dia mais a situação ficando pior.

Então, mesmo sem muita esperança, eu rogo aqui ao nosso Governador Marcos Rocha, homem da paz, homem dedicado, grande gestor, para que faça algo. Nós não podemos continuar do jeito que está. É vergonhoso para todos nós políticos, o "presídio de Ariquemes ou hotel de Ariquemes". Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Eu queria só parabenizar o Deputado Alex pelo seu pronunciamento, sua cobrança e, com certeza, já fizemos muitas reuniões nas Comissões e tem que dar um jeito. É um campeão de fugas e a gente sabe que é quase toda semana uma notícia. Com certeza congratular, Deputado Alex, por essa sua posição.

Deputado Eyder com aparte.

O SR. EYDER BRASIL – Quando o Governador Coronel Marcos Rocha, que já foi Secretário da pasta, nomeou o

Secretário atual, Marcus Rito, para Secretário da Secretaria de Justiça esperava-se que os problemas há anos vividos nos presídios nessa questão de fugas e toda a problemática do sistema prisional tivesse chegado ao fim. Mas, infelizmente, o que a gente vê é que muito pelo contrário do que se esperava, os problemas apenas aumentaram. A gente vê aí denúncias de erros na licitação, de superfaturamento nos marmiteix; em vários presídios do Estado fugas acontecendo quase que rotineiramente. E aí, quando convocamos o Secretário para vir aqui nesta Casa de Leis, aqui neste plenário, trazer informações acerca de todos esses assuntos, esclarecer-nos acerca dessas problemáticas, o Secretário se compromete em resolver os problemas, se compromete em entregar a regulamentação da Polícia Penal no Estado de Rondônia e infelizmente era apenas mentira, era apenas conversa fiada, era apenas blá-blá-blá.

Então, a gente espera que o nosso Governador, Coronel Marcos Rocha, que já foi Secretário de Justiça, possa tomar providências. Providências realmente no objetivo de resolver esses problemas, nem que seja a troca desse Secretário, porque nós — povo rondoniense — não podemos permitir que um forasteiro venha para cá e não agregue em nada com o povo rondoniense.

Então, é isso o que nós esperamos. Acredito que o Governador, conhecedor desta causa a fundo, possa tomar as providências no sentido de resolver, de uma vez por todas, esses problemas. Obrigado, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem. Eu quero parabenizar também o Presidente Alex Redano, porque Ariquemes não pode conviver mais com essa situação. É vergonhoso para o Estado de Rondônia, é vergonhoso para todos nós. Praticamente todo mês há fuga lá em Ariquemes. Então, alguma coisa está errada. Temos que tomar as providências.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Alex Redano pelo seu pronunciamento em prol do Estado de Rondônia, em prol da população de Ariquemes.

(Às 18 horas e 25 minutos, o Senhor Adelino Follador passa a presidência ao Senhor Ezequiel Neiva)

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Muito bem, Deputado Chiquinho. Com o tempo de cinco minutos, sem aparte, Deputado Adelino Follador.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Deputado Ezequiel, Presidente. Deputado Cirone.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Vossa Excelência está inscrito logo depois do Deputado Adelino, Deputado, se assim preferir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Só uma Questão de Ordem sobre esse assunto do nosso amigo, Presidente Alex Redano. Questão de Ordem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Ok. Pois não.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Presidente Ezequiel, eu também quero parabenizar a fala do

Presidente, Deputado Alex Redano. O sistema prisional nosso, do Estado de Rondônia, está um caos. E nós temos o conhecimento que existe uma verba do Governo Federal para construção de presídios no interior do Estado de Rondônia. Inclusive foi citado um Projeto de fazer um presídio único aqui para Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste. Por que esse presídio não está sendo feito? Por que não está fazendo projeto dessa obra? Nós precisamos pedir para o Secretário dar explicações em relação a isso.

Nós temos aí várias dificuldades no Estado de Rondônia com presídios superlotados e tem esse recurso do Governo Federal para construção de presídio e a coisa não sai do lugar. Então, precisa dar uma explicação para esta Casa, precisa dar uma explicação para a sociedade rondoniense. Onde está esse recurso? O que vai ser feito com esse recurso para que a gente dê uma solução definitiva no caso desses presídios no Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente, pelo aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente e Deputados aqui presentes, para nós um prazer mais uma vez estar nesta Tribuna. E gostaríamos de parabenizar o Município de Cujubim, Nova União, Vale do Anari, São Felipe e Teixeiraópolis, os municípios que estão de aniversário. Parabenizar toda população. São municípios, com certeza, estão se desenvolvendo e estão fazendo trabalho. Cumprimentar, então, todas as pessoas que moram, residem nesses municípios. Cujubim, que eu participei desde a criação, desde o começo; Nova União, que eu conheço também desde o começo; Vale do Anari, um grande município também; São Felipe e Teixeiraópolis, para nós é um prazer. Então, parabenizar todas aquelas pessoas que residem nesses municípios.

Mas eu gostaria também de registrar hoje aqui, anteriormente, parabenizar o Centro Espírita Beneficente União do Vegetal Núcleo Mestre Ramos de Ariquemes, que no próximo dia 26, sábado, completa 41 anos de atividades, atuando nos trabalhos sociais prestados com a comunidade e também realizando diversos festivais de flores. Então, com certeza, atualmente Mestre, representante o Senhor Djalma Reis Júnior, e através dele eu saúdo todos os amigos que participam daquela instituição que tanto faz pelo Município de Ariquemes e região.

Eu quero também aproveitar este momento para registrar minha preocupação. Eu gostaria de deixar essa pergunta para o Secretário de Saúde. Nós, esses dias, vimos no João Paulo muitas pessoas no chão, muitas pessoas, lotado, praticamente, o chão. E, de um dia para o outro, foram arrumados mais de 20, quase 24 vagas no Hospital de Base, muitas vagas na Irmã Marcelina e vários hospitais. Por que essas pessoas ficaram todo esse tempo no chão, se tinha vaga? Então, eu quero deixar aqui no ar e eu gostaria que o Secretário respondesse isso para a população. Tem muita gente preocupada, indignada com a situação, que, com certeza, de um dia para o outro não comprou essas vagas. Essas vagas existem. Então, a preocupação nossa é que não aconteça mais isso. Que de fato quando surja a necessidade, se tem vaga, vamos fazer a coisa funcionar. Então, espero que o Secretário também apure quem são os responsáveis para deixar acumular essas pessoas lá, quando, na realidade, com certeza tinha essas vagas disponíveis.

Eu gostaria também de dizer que, esse final de semana, já foram cadastrados aqui mais de 300 animais, onde vai continuar a castração aqui, e quero parabenizar a Dra. Rosana, lá de Ji-Paraná, vereadora também, mas junto com o Lucas fazendo esse trabalho, o Lucas Follador, e continua fazendo esse trabalho. Então, é uma pessoa que tem ajudado muito, além de todas as ONGs aqui de Porto Velho, a Márcia Socorristas, vereadora aqui de Porto Velho, onde com certeza está com um bazar buscando recurso, buscando doações para poder comprar insumos para esses animais serem castrados gratuitamente, só com essa ajuda.

Então, quero aqui parabenizar a Vereadora Márcia Socorristas pelo grande trabalho à saúde animal. Saúde animal é muito importante, é segurança, é tranquilidade. Saúde nós precisamos aqui em Porto Velho. Em Ariquemes já foi feita essa castração, ainda tem muito para ser feito em Ji-Paraná, Cacoal e outros municípios, mas é um trabalho que tem que ser intensificado. E, mais uma vez, chamar as prefeituras para estruturar melhor a zoonose e esse trabalho que precisa muito para auxiliar essas pessoas que tanto se dedicam ao cuidado desses animais que estão na rua. Pessoas aí com 25 gatos dentro de casa, cuidando, fazendo o que podem. Tem gente com mais de 160 cachorros, gatos também, cuidando porque muitas vezes o poder público não faz a sua parte.

Então, nós precisamos sim trabalhar nesse sentido, e nós estamos aí fazendo o que a gente pode para apoiar e essas pessoas que se dedicam a esse trabalho merecem todo o nosso aplauso. Obrigado.

(Às 18 horas e 32 minutos, o Senhor Ezequiel Neiva passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não havendo mais deputados inscritos, passamos à votação.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Presidente, eu tinha me inscrito aí, viu, Presidente? Deputado Cirone.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perdão, Deputado. Perdão. Realmente o Deputado Adelino já anotou aqui.

Com a palavra, o deputado mais forte do Município de Cacoal, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar o senhor e, em seu nome, cumprimentar todos os nossos pares que estão aí presentes, os deputados que estão trabalhando por via remota. Quero cumprimentar toda a imprensa.

Dizer, Presidente, que estivemos ontem em Ji-Paraná juntamente com o Governador do Estado, o Deputado Laerte Gomes, o Deputado Adelino Follador, participando de uma reunião com o Vice-Ministro da Agricultura, o Secretário responsável pela regularização fundiária no Brasil. Estivemos ali reunidos, tratando de dois temas importantes para o Estado de Rondônia. Um: regularização fundiária. Nós precisamos que o Incra no Estado de Rondônia saia do marasmo. Nós não conseguimos emitir nenhuma taxa para pagamento dentro do Incra. Então, nós precisamos realmente que o Governo Federal

tenha um olhar diferenciado para o Estado de Rondônia para que possamos avançar.

O Estado de Rondônia é um Estado de vocação agrícola. Se nós não conseguirmos documentar essas terras, se nós não conseguirmos avançar nessa pauta, muitos produtores ficam de mãos atadas, precisando fazer o seu financiamento para a produção e não conseguem por não ter documento da terra.

E, além disso, Presidente, a pessoa que documentar a terra tem a responsabilidade sobre essa terra no caso de danos ambientais, no caso de uma queimada, isso fica na responsabilidade do CPF dessa pessoa. Então, é um grande avanço para o Estado de Rondônia. Então, nós queremos aí, junto com a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, junto com a nossa bancada federal, fazer com que o governo se sensibilize e estruture o Incra aqui do Estado de Rondônia para dar condições mínimas de trabalho e avançar na pauta regularização fundiária.

O segundo tema, Presidente, nós tratamos sobre as invasões de terra no Estado de Rondônia. Aqui eu quero fazer justiça e quero parabenizar a Polícia Civil do Estado de Rondônia, através da Draco (Delegacia de Repressão às Ações Criminosas), e a Polícia Militar do Estado de Rondônia que fez um excelente trabalho aqui na 429. Essa semana retrasada teve uma operação onde várias pessoas foram conduzidas para dar depoimentos e esclarecer algumas situações de invasões de terras aqui no Estado de Rondônia, na 429. Foi um trabalho eficiente da Polícia Civil. Foi relatado isso ao Ministro, que nós precisamos da Força Nacional, da Força da União para regularizar essas terras e evitar essas invasões para que a gente não tenha um conflito agrário aqui no Estado de Rondônia.

Então, meu Presidente, parabenizar o Governador, parabenizar o Vice-Ministro Nabhan Garcia, Deputado Federal Lucio Mosquini, Deputado Léo Moraes, Senador Acir nessa grandiosa reunião que teve ali na cidade de Ji-Paraná, organizada aqui pelos pecuaristas através do Robão aqui da cidade de Cacoal. Realmente o setor produtivo preocupado com essas ações que estão acontecendo aqui no Estado de Rondônia.

Então, seria isso Presidente. Nós precisamos avançar. O agronegócio, a agricultura familiar é que está dando sustentabilidade tanto para o Estado de Rondônia quanto para o nosso País e nós temos que amparar essas pessoas de mão calejadas que trazem o rendimento aqui para o Estado de Rondônia. Abraço, Presidente. Obrigado pelo espaço.

(Às 18 horas e 38 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Ismael Crispin)

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone, grande deputado da cidade de Cacoal e de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Deputado Ismael Crispin, Deputado Jean Oliveira requisitando a minha presença. Registra a minha presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Deputado Jean Oliveira, sua presença está registrada, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Por videoconferência) – Obrigado, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente que não havia sido feita a leitura ainda.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) –Procede à leitura dos Expedientes recebidos, a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

- Mensagem nº 150/2021 - Poder Executivo comunicando que o Vice-Governador, José Atílio Salazar Martins estará ausente do País, com o fito de representar este Governo na reunião da Mesa Permanente de Integração Regional Rondônia/Beni que será realizada dia 23 de junho de 2021, na comunidade indígena San Juan de Puerto Ustarez, cidade de Trinidad – Bolívia.

- Mensagem nº 149/2021 - Poder Executivo encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 45.998.626,08, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.", no Orçamento-Programa do Estado de Rondônia para o exercício de 2021.

- Mensagem nº 148/2021 - Poder Executivo encaminhando pedido de prorrogação da decretação do estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2021.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. DR. NEIDSON (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Nova União.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Ouro Preto do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Alvorada D'Oeste."

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Presidente Médici.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Monte Negro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Machadinho d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Costa Marques.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Nova Brasilândia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Mirante da Serra.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Vale do Paraíso.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Teixeiraópolis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a urgente reforma estrutural da sede da EMATER no Município de Urupá.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Nova União.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Ouro Preto do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Alvorada d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Presidente Médici.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Machadinho d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Distrito de São Domingos, pertencente ao Município de Costa Marques.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.
Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição

de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Nova Brasilândia d'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Mirante da Serra.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Vale do Paraíso.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo, para atender o Escritório da EMATER no Município de Teixeiraópolis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER, adotar as Providências administrativas e operacionais necessárias, visando a aquisição de um veículo para atender o Escritório da EMATER no Município de Urupá.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Cabo PM Paulo Roberto dos Santos Júnior pelos valorosos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Cabo PM Marcello Machula pelos valorosos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX SILVA. Requer a Companhia de Água e Esgotos de Rondônia – CAERD, informações referentes a uma construção de subestação de água no Bairro Caladinho, na cidade de Porto Velho-RO.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre o Programa vizinho solidário e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o selo "Escola de Excelência" no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora a aprovação de Voto de Pesar aos familiares de Valdemar Soares da Silva, pelo seu falecimento ocorrido na última segunda-feira (14/06), aos 59 anos, no Município de Corumbiara.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o serviço de denúncia de violência contra crianças e adolescentes, via número de WhatsApp, para receber denúncias referente as violências praticadas e ou tentadas contra crianças e adolescentes no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO LEBRÃO. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 6º da Lei nº 4.988, de 13 de maio de 2021, que "Permite a contratação excepcional e temporária de médicos brasileiros e estrangeiros formados no exterior, que não tenham prestado o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas – Revalida, considerando ainda a atuação no Programa Mais Médicos, enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública, para fins de contribuição ao enfrentamento da pandemia causada pelo Covid-19."

Essa lei já foi aprovada aqui na Assembleia. Do Deputado Lebrão. Ah, está acrescentando. É uma Emenda.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Dispõe sobre o reconhecimento do risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo, ao atirador desportivo integrante de entidade de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal nº 10.826/2003.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Declara de Utilidade Pública a Associação Feminina de São Miguel do Guaporé-RO (AFESMIG).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública Virtual para discutir sobre o "Luto Materno e Parental: pais que perderam seus filhos".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, estado de Rondônia, requerimento de informações detalhadas em mapas em PDF e arquivos no formato shapefile - coloridos e com imagens sobrepostas as propriedades rurais na área de entorno/amortecimento, conforme Projeto de Lei 080/2020, que alterou os limites do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer a realização de Sessão Solene no Dia 30 agosto de 2021, às 09 horas, no Plenário desta Casa para homenagear a Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER-RO pelos 50 anos de fundação.

Lidas a Proposições, Senhor Presidente.

(Às 18 horas e 46 minutos, o Senhor Ismael Crispin passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer à Mesa

Diretora a realização de Audiência Pública Virtual para discutir sobre o "Luto Materno e Parental: pais que perderam seus filhos."

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em discussão o Requerimento. Algum deputado para discutir? Não havendo, passemos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requerà Mesa Diretora a aprovação de Voto de Pesar aos familiares de Valdemar Soares da Silva, pelo seu falecimento ocorrido na última segunda-feira (14/06), aos 59 anos, no Município de Corumbiara.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Algum deputado gostaria de discutir o Requerimento? Não havendo, passemos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1186/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 143. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 198.000,00.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. O Projeto de Lei 1186/2021 do Poder Executivo/Mensagem 143. É um Superavit aqui, de R\$ 190 mil.

Gostaria de convidar o nobre Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 1186/2021 do Mensagem 143 do Poder Executivo, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 198.000,00."

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Deputado Adelino Follador procedeu ao parecer. Alguém gostaria de discutir o parecer do Deputado Adelino? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Vamos agora votar o Projeto de Lei 1186/2021. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Fica aprovado em primeira votação. Vai à segunda votação.**

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário Ad hoc) – PROJETO DE LEI 1184/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 141. Revoga a Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A matéria também se encontra sem parecer. Gostaria de convidar, aqui, o Deputado Alan Queiroz para proceder ao seu parecer em plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ – Excelentíssimo Senhor Presidente, nobre Deputado Alex Redano, agradeço Excelência por me colocar para relatar o Projeto de Lei 1184/2021 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 141, que "Revoga a Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013."

Vou ler aqui, Presidente, só a parte da conclusão da solicitação:

"Diante do exposto, opina a Procuradoria Geral do Estado pela:

I - constitucionalidade do Projeto de Lei que revoga a Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013, nos termos da minuta de ID (0018556948), desde que atendidas as recomendações dos itens 3.1.21; e

II - viabilidade jurídica da edição do decreto (0018535561) que regulamenta as transferências de recursos da administração direta e indireta do Poder Executivo Estado de Rondônia e revoga o Decreto nº 18.221, de 17 de setembro de 2013, desde que atendidas as recomendações dos itens 3.2.7. e 3.2.8."

Diante disso, o parecer submetido à apreciação superior, se encontra com os preceitos regimentais atendidos e também a questão jurídica aprovada pela Procuradoria do Estado junto à Casa Civil. Então, no mesmo sentido, no mesmo entendimento, Senhor Presidente, a gente manifesta o nosso parecer favorável ao Projeto, seguindo então as demais Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Alan, nosso muito obrigado. Coloco agora em discussão o parecer do nobre Deputado Alan Queiroz. Algum deputado que queira discutir? Não havendo, passaremos à votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Vamos agora votar o Projeto de Lei 1184/2021. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado em primeira votação. Vai à segunda votação.**

Matéria seguinte, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário Ad hoc) – PROJETO DE LEI 1185/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 142. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 372.365,12, e Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 92,80, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - FUNESBOM.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar aqui o nobre Deputado Alan Queiroz para proceder ao seu parecer no plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente, eu gostaria também manifestar o nosso parecer, e queria parabenizar Vossa Excelência, Presidente, que todos os Projetos que vêm para serem votados e apreciados, mesmo que sem parecer ainda,

da Comissão, e são debatidos, principalmente, com todos os deputados, os 24 deputados, colocado sempre de forma clara e transparente.

Observando a matéria de autoria do Poder Executivo/Mensagem 142, Projeto de Lei 1185/2021, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 372.365,12, e Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 92,80, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - FUNESBOM."

Encontra-se aqui, Presidente, com todos os pré-requisitos regimentais e legais. Portanto, apto à votação em plenário. Esse é o nosso parecer: favorável.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Alan pelo belíssimo parecer. Realmente, um deputado muito técnico.

Eu coloco agora em discussão o parecer do nobre Deputado Alan. Não havendo deputados para discutir, coloco em votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Coloco neste momento em discussão o Projeto de Lei. Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1188/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 146. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 15.449.626,97, sendo Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 11.373.210,97, Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 4.076.416,00, e cria Programa e Ações.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Projeto encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Chiquinho para proceder o parecer em plenário.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Projeto de Lei 1188/2021 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 146, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 15.449.626,97, sendo Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 11.373.210,97, Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 4.076.416,00, e cria Programa e Ações."

Esse Projeto é um Projeto importante para o Estado de Rondônia para esses programas e ações. Somos de parecer favorável ao Projeto de Lei 1188/2021.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero agradecer ao nobre colega, Deputado Chiquinho da Emater pelo belíssimo

parecer e coloco em discussão o parecer do Deputado Chiquinho.

Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, coloco em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Fica aprovado.**

Coloco em discussão agora o Projeto de Lei. Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda discussão.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1087/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 95. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 36.490.128,48, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ao referido Projeto falta o parecer da Comissão de Finanças. Convido o Deputado Chiquinho da Emater para proceder ao parecer em plenário.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Projeto de Lei 1087/2021 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 95, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 36.490.128,48, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP."

Esse Projeto já está com parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação e é um Projeto importante para a Segurança Pública, e a Comissão Econômica também é de parecer favorável à aprovação deste Projeto importante para a Segurança Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Chiquinho da Emater.

Gostaria de colocar em discussão o parecer do Deputado Chiquinho. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei 1087/2021? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **O referido Projeto fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1156/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 1302. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$

1.263.939,87, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ao referido Projeto falta parecer da Comissão de Finanças. Eu convido o nobre Deputado Chiquinho da Emater para proceder ao seu parecer em plenário, Deputado membro da Comissão de Finanças, Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Projeto de Lei 1156/2021, Autor Poder Executivo, Mensagem 130, “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 1.263.939,87, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUNEDCA.”.

Já tem o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e esse recurso será em prol do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é muito importante para o desenvolvimento daquelas ações que são feitas pelo Estado e pelos municípios. Então, somos de parecer favorável pela Comissão de Economia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Chiquinho. Coloco em apreciação o parecer do nobre Deputado Chiquinho da Emater. Alguém gostaria de discutir o parecer? Não havendo, passamos à votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado.**

Algun deputado gostaria de discutir o Projeto 1156/2021? Não havendo, coloco em votação o Projeto 1156/2021. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1154/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 128. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 3.705.653,90 e Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 2.705.653,90.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Projeto encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar o Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 1154/2021, do Poder Executivo, Mensagem 128, “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 3.705.653,90 e Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 2.705.653,90.”.

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Adelino Follador. Coloco em apreciação aqui o parecer do Deputado Adelino Follador. Alguém gostaria de discutir? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Vamos à discussão do Projeto 1154/2021. Algun deputado gostaria de discutir esse Projeto? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 1168/2021 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/MENSAGEM 4. Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a permutar imóvel com o Município de Colorado do Oeste, e dá outras providências.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Projeto encontra-se sem parecer. É um Projeto do Tribunal de Justiça do Estado. Eu convido o nobre Deputado Chiquinho, que ele discutiu esse Projeto aqui, é da região — “permutar imóvel com o Município de Colorado do Oeste” —, para proceder ao parecer em plenário.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Projeto de Lei 1168/2021, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, “Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Rondônia a permutar imóvel com o Município de Colorado do Oeste, e dá outras providências.”.

Isso é uma permuta importante, meu Presidente Alex Redano e meus colegas, porque o Tribunal de Justiça vai construir um Fórum na cidade de Colorado do Oeste, um Fórum novo, e está permutando com o Município de Colorado do Oeste o local onde é a Secretaria de Educação, e doando o Fórum para funcionar a Secretaria de Educação. É benéfico para o Município de Colorado do Oeste e um local estratégico para construir um Fórum muito bonito ali na nossa cidade de Colorado do Oeste.

Então, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de colocar em apreciação o parecer do nobre Deputado Chiquinho da Emater. Algun deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, passamos a votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Passamos à discussão do Projeto de Lei 1168/2021. Algun deputado gostaria de discutir? Não havendo, vamos colocar em votação, uma permuta de um imóvel com o município de Colorado d'Oeste. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai ao segundo turno.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 934/2021 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO/MENSAGEM 01/2021. Disciplina o uso das denominações “cartório” e “cartório extrajudicial” no Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Projeto já se encontra com parecer aprovado. Este Projeto disciplina o uso das denominações “cartório” e “cartório extrajudicial” do Estado

de Rondônia. É uma mensagem de autoria do Tribunal de Justiça.

Algum deputado gostaria de discutir esse Projeto? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) -PROJETO DE LEI 1091/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 99. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 97.783.862,16.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) –Esse Projeto aqui é do Poder Executivo, é um superavit financeiro no valor de R\$ 97 milhões para o Tribunal de Justiça.

O Projeto encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar o nobre Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 1091/2021 do Poder Executivo/Mensagem 99, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 97.783.862,16."

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Adelino Follador. Alguém gostaria de discutir o parecer do Deputado Adelino? Não havendo discussões, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei 1091/2021, superavit financeiro de R\$ 97 milhões para o Tribunal de Justiça? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) -PROJETO DE LEI 1093/2021 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 101. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 15.199.814,97, e cria Programa e Ação, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Poder Judiciário de Rondônia de Ampliação do FUNPRERO – FEPJ.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar aqui o nobre Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 1093/2021 do Poder Executivo/Mensagem 101, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 15.199.814,97, e cria Programa e Ação, em favor da Unidade Orçamentária Fundo Especial do Poder Judiciário de Rondônia de Ampliação do FUNPRERO – FEPJ."

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Adelino Follador. Gostaria de colocar em apreciação o seu parecer. Algum deputado gostaria de discutir o parecer? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado o parecer.**

Algum deputado gostaria de discutir o Projeto de Lei 1093/2021? Não havendo, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) – Presidente, vou ler em bloco. REQUERIMENTO DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos do parágrafo único do artigo 199, do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental, para apreciar em segunda discussão e votação, os Projetos de Lei nºs. 1186/2021, 1185/2021, 1188/2021, 1184/2021, 1087/2021, 1154/2021, 1156/2021, 1168/2021, 934/2021, 1091/2021 e 1093/2021.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Em discussão, o Requerimento do Deputado Ismael Crispin. Não havendo, colocamos em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Fica aprovada a matéria em bloco.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Secretário ad hoc) – Não há mais matéria a ser lida, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Lideranças.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu quero falar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, o nobre Deputado Líder do governo, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, demais pares, venho a esta tribuna para falar de um tema muito importante para o nosso Estado de Rondônia. Estou há um bom tempo neste Parlamento, cumprindo meus mandatos de deputado estadual e, em todos os mandatos em que eu estou aqui, Deputado Follador — inclusive a maior parte deles com a sua participação, também, aqui na Assembleia Legislativa —, o senhor, que é um deputado muito ligado à produção agrícola, ao setor produtivo, sempre defendeu esta causa aqui. Temos os deputados mais novos, como, no caso, o Deputado Chiquinho da Emater, que está presente, o Deputado Alan Queiroz, Deputado Ezequiel Neiva, Deputado Ismael Crispin, e, também, a presença do nosso Presidente, Deputado Alex Redano e os deputados que participam da Sessão on-line.

E o tema de que venho falar nesta tarde, é exatamente sobre a Mensagem enviada a esta Casa no dia 6 de outubro de 2020, pelo Governo do Estado de Rondônia — a Mensagem 227 — que trata do nosso zoneamento socioeconômico e ecológico. Nós sabemos que este Projeto é a redenção

econômica do Estado de Rondônia. Nós sabemos que esse Projeto é o que vai dar, de fato, condição para que os nossos proprietários rurais, para que os nossos agricultores e tantos outros possam ter certeza daquilo que, de fato, podem e não podem fazer, que é exatamente através do nosso zoneamento. É a regularização da questão ambiental do nosso Estado. É a definição do que podemos e não podemos fazer com as nossas terras, com o nosso território rondoniense. E, infelizmente, nós passamos uma década, praticamente 10 anos, cobrando dos governos anteriores, cobrando dos Secretários responsáveis pelas pastas que iam cuidar desse Projeto — nesse caso, a Sedam — até a chegada do Governador Marcos Rocha, que, com a sua equipe, trabalharam esse Projeto, inclusive acompanhados por diversos setores da sociedade, da sociedade organizada. Com acompanhamento inclusive, em alguns momentos, do próprio Ministério Público responsável pela questão ambiental do Estado. Vários técnicos trabalharam e se debruçaram nesse Projeto. Foi feita uma análise técnica, conforme determina a legislação brasileira. E, nessa história toda, só o que eu acompanhei, foram praticamente 10 anos.

Se não bastasse isso, a Assembleia Legislativa apresentou uma Comissão de Deputados Estaduais, o Presidente e mais alguns membros da Comissão, que participaram de todas as reuniões, praticamente, feitas pelo Poder Executivo e muito foi debatido sobre esse Projeto. E esse Projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa e foi recebido nesta Casa, no dia 6 de outubro de 2020, e até hoje não foi votado. Eu ando pelo Estado de Rondônia. E olha que nós fizemos Audiências Públicas. Participei de várias, em vários municípios de Rondônia, para tratar desse tema. E hoje, quando eu ando no Estado de Rondônia eu sou indagado por muitas pessoas porque ainda não votaram o zoneamento: quando é que vão votar o zoneamento? Por que não votam o zoneamento? E o cidadão tem o direito de fazer essa cobrança.

E eu pergunto neste momento: por que nós não votamos o zoneamento? Por que nós não colocamos para apreciar esse zoneamento para que quem quiser por Emenda, que coloque; para quem quiser votar, que vote contra; quem quiser votar a favor, vote a favor. Mas que tome uma posição clara para que nós possamos dar uma resposta para a sociedade rondoniense.

Então, Presidente Alex Redano, que tem todo o meu respeito, eu gostaria, Presidente, que neste dia, dia 22 de junho de 2021, que o senhor, que tem essa prerrogativa de pautar esse Projeto, e que os deputados têm a liberdade de decidir qual será o seu voto, que o senhor nos desse condição, Presidente, de definir uma data. Porque, agora, daqui a uma semana nós teremos mais uma votação, Deputado Dr. Neidson, e aí virá o recesso parlamentar que é 30 dias. O mês de julho todo sem Sessão. E depois nós já estaremos no mês de agosto. E, há exatamente, praticamente, um mês e pouco para completar um ano que o Projeto está nesta Casa. Então, meu Presidente, que eu admiro e respeito muito, Deputado Alex Redano, que representa este Parlamento, que tem a prerrogativa de Presidente, que foi dada pela maioria absoluta, por todos os deputados desta Casa, 23 deputados colocaram nosso Presidente Redano para que ele tivesse a autonomia de pautar essa matéria. Então, meu Presidente Redano, eu peço a Vossa Excelência, eu imploro a Vossa Excelência que dê esse presente para felicidade e necessidade do povo de Rondônia,

e coloque essa matéria para ser apreciada o mais rápido possível. Porque, senão, daqui a pouco, as coisas vão mudando e daqui a pouco todo o trabalho que foi feito é perdido. Sem contar que a cada dia que passa, há uma forma diferente de se discutir a questão ambiental no Brasil, e daqui a pouco tudo aquilo que está construído, pode ser desconstruído por uma nova lei, por um novo entendimento que qualquer cidadão brasileiro pode impor dentro do nosso País. E já pensou, nós com a faca e o queijo na mão, para beneficiar os produtores de Rondônia, e jogar essa oportunidade fora? Nós não podemos aceitar isso. Eu não dou conta mais de ficar calado e não chegar a esta tribuna e poder cobrar esse direito de nós votarmos.

Eu mesmo estou dizendo: se tem deputado que quer emendar o Projeto, é prerrogativa de deputado, e os outros deputados podem aceitar ou não, o governo pode acatar ou vetar. Tem deputado que pode votar contra; tem deputado que pode votar a favor; tem deputado que pode abster o voto; e nós temos que respeitar isso, porque é prerrogativa de deputado. Agora, o que nós não podemos mais aceitar é que este Projeto fique engavetado na Assembleia Legislativa. Porque isso, se continuar acontecendo, somos nós, a Assembleia Legislativa, que vai continuar prejudicando o Estado de Rondônia. E nós não temos esse direito. Temos a obrigação de ajudar. Então, eu peço, meu Presidente, que, se é possível Vossa Excelência definir o mês ou o dia para que nós possamos votar essa matéria, para que as pessoas de Rondônia possam ligar aqui, no canal da TV Assembleia, possam ouvir no rádio, possam ouvir nos noticiários, nos sites, na televisão, possam assistir, aqui, a Sessão presente ou virtualmente, saber de fato qual é dia que nós vamos votar o nosso zoneamento. A nossa redenção econômica, no meu entendimento, do nosso Estado de Rondônia.

Peço, Excelência Deputado Redano, que, se possível, em nome dos 24 deputados, em nome da Assembleia Legislativa, que o senhor possa nos dar essa posição, Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria, primeiramente, de parabenizar o Deputado Luizinho pelo seu discurso. Está coberto de razão. Eu creio que o Projeto mais importante que iremos votar nos últimos anos. Zoneamento e a regularização fundiária penso que são dois alicerces que irão fazer o nosso Estado de Rondônia ter um grande salto, principalmente, econômico. Nossa assessoria, Deputado Luizinho, está analisando profundamente várias nuances, vários detalhes, inclusive, ontem teve uma longa reunião sobre o zoneamento e eu creio que estamos mais próximos de marcarmos essa data. Eu ainda não vou dar uma data precisa hoje. Eu creio que no mês de agosto, possivelmente, nós iremos votar essa matéria, na mais tardar em setembro. Eu sei que está demorando, mas nós não podemos errar, Deputado Luizinho. Nós, talvez, talvez, cometemos algumas falhas no passado em não observar algumas nuances do Projeto. O nosso Parlamento é um Parlamento que a grande maioria aqui dos deputados está pensando no agro, no desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia. E nesse zoneamento nós podemos, sim, no meu entendimento, apresentar algumas alterações, principalmente áreas que podem ser, já são cultiváveis, estão antropizadas e, de repente, não estão

contempladas neste texto. Mas, mais uma vez, Deputado Luizinho, pode ter certeza que tem nosso total apoio, como também dos demais deputados. Esse é um dos Projetos, digo e repito, mais importantes que chegou na Casa nos últimos anos. Parabéns pelo discurso.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Questão de Ordem concedida, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu quero parabenizar o Deputado Luizinho e realmente ele tem razão. Nós precisamos agilizar o mais rápido possível, Senhor Presidente Alex Redano, porque é um Projeto importante para o produtor, para o homem do campo. É um Projeto que vai aumentar a produção rural e muito. Aquilo como o senhor falou: várias áreas que há tempos atrás não eram área produtiva e hoje já são áreas produtivas. E isso o zoneamento vai dar essa condição. Vai tirar de zonas, às vezes zona 2.1, 2.2, trazendo para 1.1.

Então, o avanço é muito grande nesse Projeto, principalmente áreas como a área aqui de Porto Velho, Candeias, o cerrado entre Pimenta Bueno e Vilhena; a região de Pimenteiros e tantas outras do Estado inteiro. Vai ser um grande benefício para o Estado de Rondônia. Então, o produtor rural pode, com esse zoneamento aprovado, pode triplicar a produção de Rondônia na questão do agronegócio.

Parabéns, Deputado Luizinho pela cobrança. Mas tenho certeza, Deputado Redano, dá para a gente votar. Já tivemos uma reunião na semana passada, vamos ter outra na próxima semana. Eu acho que dá para nós votarmos na primeira semana de agosto ou até antes. A gente colocar esse Projeto em votação, que é importante para que o produtor rural possa trabalhar em paz nas questões ambientais.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho da Emater. Com certeza vamos alinhar. E Deputado Luizinho, eu penso que nas próximas semanas nós devemos nos reunir para conversarmos e já decidirmos essa data.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Agradeço muito, nosso Presidente, Deputado Alex Redano. Sei do comprometimento que o senhor tem. Conheço sua região, ouço muito ali o setor produtivo, que muito bem fala de Vossa Excelência, fala da nossa Prefeita Carla Redano, que vem fazendo um grande trabalho. E eu tenho certeza que isso aí só vai fortalecer os municípios, vai gerar emprego e nós vamos, através da produção agrícola, avançar muito mais no nosso Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Passamos às Comunicações Parlamentares. Ninguém inscrito. Não há orador.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 28 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.241, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 1.213, de 17 dezembro de 2020, que reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Governador do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam prorrogados, até o dia 31 de dezembro de 2021, os efeitos do Estado de Calamidade Pública fixados pelo Decreto Legislativo nº 1.213, de 17 de dezembro de 2020.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 30 de junho de 2021.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

ERRATA

No DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.217 que “Susta os efeitos da Portaria nº 2.420/PM-RO, de 15 de março de 2021, que reiniciou a tramitação processual dos processos administrativos no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia”, publicado no DO-e-ALE/RO nº 053, de 29 de março de 2021.

Onde se lê:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.217,
DE 10 DE MARÇO DE 2021.**

Leia-se:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.217,
DE 25 DE MARÇO DE 2021.**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**PORTARIA Nº 013/SG-SPO/ALE/2021**

Ajusta o Quadro de Detalhamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e autorização contida no art. 8º, § 1º, da Lei nº 4.938, de 30 de dezembro de 2020 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

R E S O L V E :

Art. 1º Promover ajuste ao Quadro de Detalhamento da Despesa, conforme programação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	339039	0100	100.000,00
			TOTAL	100.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	339014	0100	100.000,00
			TOTAL	100.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
Pregão Eletrônico nº 017/2021/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 0016018/2021

A **Superintendência de Compras e Licitações – SCL**, através da Comissão Permanente de Pregão-PPP, designada por força do **ATO Nº 0283/2021/2020-SRH/SG/ALE**, torna público que a licitação supracitada tendo como finalidade a **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição e instalação de espelhos**, a pedido da **Superintendência de Logística**, para atender às necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, foi declarada **deserta** por ausência de interessados.

Porto Velho – RO, 30 de junho de 2021.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro da CPL/ALE/RO

AVISO DE ABERTURA
Pregão Eletrônico nº 055/2020/PPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 06860/2020-15 - TCDF nº 211/2020-e

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - PPP**, nomeada pelo **ATO Nº 0283/2021-SRH/MD/ALE**, torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o Edital supracitado que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DEDICADA PARA ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET**, pelo prazo de 12 meses, podendo a critério da contratante ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme descrição detalhada no ANEXO I - Termo de Referência, **que houve alterações no Edital e seus anexos, em face de pedido de esclarecimento e impugnação**. Valor estimado – R\$ 1.277.300,00 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil e trezentos reais).

Em face do exposto, a sessão de abertura que se encontrava suspensa desde 28/05/2021, dar-se-á no dia **14 de julho de 2021, às 09h00min**, com reabertura do prazo inicialmente estabelecido, nos termos do § 4º, do Art. 21, da Lei 8.666/93. Consulta: www.al.ro.leg.br – Licitações – Formalização: www.licitacoes-e.com.br

Porto Velho/RO, 30 de junho de 2021.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 228/2021-SRH/D/SG/ALE**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 479, de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 23 a 27/06/2021, ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta, Santa Luzia, Rolim de Moura, Nova Brasilândia, Novo Horizonte, e Castanheiras/RO, acompanhou o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis, conforme Processo nº 23316/2021-e.

Matricula 200168048
 Nome Wandson Lira de Brito
 Cargo Superint. de A. Estrat.
 Lotação Superint. de A. Estratégicos

Porto Velho - RO, 28 de Junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 229/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 479, de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 29/06/2021 a 01/07/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Ji-Paraná/RO, acompanhar o Deputado Laerte Gomes, conforme Processo nº 23430/2021-e.

Matricula 200168029
 Nome Danilo Lopes Nunes
 Cargo Assessor Militar Especial
 Lotação Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 28 de Junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 230/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 479, de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 29 a 30/06/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO ao município de Jaru/RO, conduzir o veículo do Deputado Jhony Paixão, conforme Processo nº 23561/2021-e.

Matricula 200169629
 Nome Elecimar Batista da Silveira
 Cargo Assistente Parlamentar
 Lotação Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 29 de Junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 231/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 479, de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 29 a 30/06/2021, à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO ao município de Jaru/RO, assessorar o Deputado Jhony Paixão, nos registros fotográficos e confecção de matérias jornalísticas, conforme Processo nº 23561/2021-e.

Matricula 200169075
 Nome Aleane Ribeiro de Jesus de Souza
 Cargo Assistente Parlamentar
 Lotação Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 29 de Junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 232/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 479, de 31 de março de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 29 a 30/06/2021, à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO ao município de Ouro Preto do Oeste/RO, assessorar o Deputado Jhony Paixão, em reunião com a associação dos feirantes, bem como divulgação de Projeto de Lei, conforme Processo nº 23553/2021-e.

Matricula 200169090
 Nome Andreia Marino de Oliveira
 Cargo Assessor Parlamentar
 Lotação Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 29 de Junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1955/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

INARA LEANDRO RIBEIRO, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor, código AS-07, da Divisão de Recepção, do Departamento de Cerimonial, a contar de 30 de junho de 2021.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1952/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ITALLO THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor, código AS-07, do Departamento de Almoxarifado e Patrimonial - Superintendência de Logística, a contar de 30 de junho de 2021.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1953/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

JOSE SIMAO DE JESUS JUNIOR, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor, código AS-07, do Gabinete do Secretário de Segurança Institucional, a contar de 30 de junho de 2021.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1956/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

OSVALDO TEODORO DOS SANTOS, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor, código AS-07, do Departamento de Compras, da Superintendência de Compras e Licitações, a contar de 30 de junho de 2021.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1954/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art. 13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

REGINA LUCIA PARADA DA SILVA, do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor, código AS-07, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 30 de junho de 2021.

Porto Velho, 30 de junho de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
 Secretário Geral ALE/RO